Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Ata da Reunião de 29/04/2026

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Ermesinde, na Sede da Junta da Freguesia, sita na Rua D. António Ferreira Gomes, número trezentos e sessenta e cinco, convocada ao abrigo do artigo número onze, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte Ordem de trabalhos: ----------

a) Intervenção do público; ----------

b) Período antes da Ordem do Dia. ----------

Ordem do Dia

1. Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior; ----------
2. Apreciação e votação da Conta de Gerência do ano de 2025; ----------
3. Discussão e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2026; ----------
4. Deliberação sobre a alteração ao Mapa de Pessoal; ----------
5. Apreciação das alterações ao Inventário de Bens desta Junta de Freguesia; ----------
6. Apreciação do relatório de Atividades da Junta. ----------

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro, Ana Catarina Silva Neto, Marco Gabriel Ramos Pinto, Nuno Miguel Lobo de Aguiar Macedo Alves, Alberto Filipe Martins Ferreira, Ana Alexandra Moreira Pinto, André Ricardo Martins Viana Barbosa, Bruno Filipe Gonçalves Abreu, Carlos Alberto Bento Alves Mourão, Fernanda Maria Ferreira Moreira, Helena Isabel Rocha Oliveira, Jorge Manuel Gonçalves da Cunha Dias Fernandes, Juliana Cardoso da Silva, Júlio Alexandre Vicente Gonçalves, Maria Manuela Castro Queirós, Rui Alfredo Dias Fernandes de Almeida e Vítor Manuel Gonçalves Teixeira de Sousa. Verificou-se, também a seguinte substituição, ao abrigo do artigo número setenta e oito da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, com a redação dada pela Lei número cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil

e dois: do Partido Social Democrata, Cláudia da Conceição Vieira Oliveira por Iuri José Martins Tavares. ----------

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Mesa dirigiu cumprimentos aos membros da Mesa, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia e restantes membros do Executivo, aos membros da Assembleia de Freguesia, aos funcionários da Junta que prestavam apoio aos trabalhos, aos representantes da comunicação social, ao público presente e aos cidadãos que acompanhavam a sessão através dos meios audiovisuais disponibilizados. Dirigiu igualmente uma saudação especial aos jovens presentes na sala, participantes no projeto "Empoderar Vozes Jovens", salientando a importância da participação cívica dos mais novos e do contacto direto com o funcionamento das instituições democráticas locais. De seguida, solicitou à Primeira Secretária da Mesa a verificação do quórum. Após a chamada nominal dos membros da Assembleia, foi confirmada a existência de quórum, estando reunidas as condições para o início dos trabalhos. Informou ainda que a ordem de trabalhos havia sido oportunamente afixada e distribuída aos membros da Assembleia e do Executivo, razão pela qual dispensava a respetiva leitura. ----------

a) Intervenção do Público ----------

Entrando no período destinado à intervenção do público, questionou os presentes sobre a existência de inscrições para uso da palavra. Não se tendo registado qualquer pedido de intervenção, declarou encerrado aquele período e deu início ao Período Antes da Ordem do Dia.

b) Período antes da Ordem do Dia ----------

Tomou a palavra o membro da Assembleia André Barbosa, em representação do Partido Social Democrata (PSD), que colocou um conjunto de questões dirigidas ao Executivo, algumas das quais solicitou que fossem remetidas à Câmara Municipal de Valongo. A primeira questão incidiu sobre a Casa das Artes de Ermesinde, referindo que, aparentemente, a obra se encontrava concluída há vários meses. Questionou por isso o Executivo sobre a data prevista para a sua inauguração e entrada em funcionamento, bem como sobre a eventual existência de constrangimentos, designadamente relacionados com a disponibilidade de recursos humanos. Seguidamente, abordou a situação dos arruamentos da freguesia, reconhecendo que existiam numerosas vias a necessitar de intervenção, mas solicitando informação concreta sobre quais os arruamentos que se encontravam previstos para requalificação até ao final do ano. Referiu ainda a preocupação relativamente à durabilidade de algumas intervenções recentemente executadas, como por exemplo na zona da Bela, em que uma intervenção com seis meses já

necessita de ser intervencionada novamente. Prosseguindo a sua intervenção, chamou a atenção para a existência de um edifício degradado na Rua Nova da Formiga, junto ao número 22, alegadamente em risco de ruína parcial. Referiu que a situação estaria a causar apreensão aos proprietários e comerciantes das imediações, nomeadamente ao responsável por um estabelecimento comercial contíguo, receando-se eventuais consequências para a segurança de pessoas e bens. Ainda relativamente à Rua Nova da Formiga, que é habitada na sua maioria por pessoas com idade avançada e, por isso, com problemas de mobilidade, alertou para o estado do pavimento naquela artéria, referindo que, na sequência das condições meteorológicas registadas durante o inverno, teriam ocorrido recentemente quedas de dois peões, uma das quais resultando em lesões que motivaram internamento hospitalar. Abordou igualmente o projeto-piloto de recolha de resíduos implementado junto ao Cemitério n.º 2, questionando os critérios utilizados para a atribuição dos cartões de acesso aos contentores de deposição condicionada. Referiu ter recebido relatos de moradores que alegavam não possuir acesso ao equipamento, apesar de residirem na área abrangida, pois da perspetiva de quem se encontra de costas para o talho, os habitantes à direita têm acesso, à esquerda, quem mora na Rua da Formiga e na Rua Nova da Formiga, não tem acesso. Questionou ainda relativamente ao pagamento das compensações devidas aos membros das mesas de voto que participaram nas recentes eleições presidenciais, referindo que vários cidadãos lhe haviam solicitado esclarecimentos sobre o assunto. Por fim, reportou uma situação relacionada com a deposição de resíduos e entulhos num terreno localizado na Rua Alto da Costa após o número de porta duzentos e sessenta e um, em direção à urbanização do lado direito, solicitando averiguações sobre a eventual legalidade daquela situação. Antes de terminar, associou-se ao momento desportivo vivido pela cidade, destacando a presença do Ermesinde Sport Clube 1936 na final da Taça da Associação de Futebol do Porto. Felicitou o clube pelo percurso realizado e manifestou o desejo de que a cidade pudesse celebrar uma conquista histórica, informando que o Clube contava com um apoio concedido pela Câmara Municipal para transporte de adeptos até ao estádio e que ainda restavam alguns bilhetes. ----------

Em resposta, o Senhor Presidente da Junta começou por agradecer as questões colocadas e saudou igualmente os jovens presentes na sala, integrados no projeto "Empoderar Vozes Jovens", promovido pelo Município de Valongo com apoio de entidades nacionais e europeias ligadas à juventude. Relativamente à Casa das Artes, informou que a questão seria remetida à Câmara Municipal de Valongo, comprometendo-se a solicitar informação oficial e atualizada

sobre a data prevista para a sua abertura ao público. Quanto aos arruamentos, reconheceu a necessidade de intervenção em várias vias da freguesia e informou que transmitiria igualmente essas preocupações ao Município, destacando particularmente a situação da Rua Nova da Formiga, que considerou merecedora de atenção especial devido às suas características e à população que serve. Manifestou preocupação relativamente aos acidentes reportados naquela artéria e aproveitou para endereçar votos de rápidas melhoras à pessoa que havia sofrido ferimentos. No que respeita ao sistema de recolha de resíduos junto ao Cemitério n.º 2, esclareceu tratar-se de um projeto-piloto de contentores de acesso condicionado. Informou que iria solicitar informação detalhada à Câmara Municipal sobre o número de habitações abrangidas e sobre os critérios utilizados para a distribuição dos cartões de acesso, de forma a verificar se todos os agregados previstos se encontravam efetivamente abrangidos. Relativamente ao pagamento das compensações aos membros das mesas eleitorais, informou que a Junta já tinha recebido a respetiva transferência financeira e que a maioria significativa dos pagamentos se encontrava processada, estando os restantes em fase final de regularização. Quanto à situação denunciada na Rua Alto da Costa, informou não possuir conhecimento direto dos factos relatados, comprometendo-se a solicitar aos serviços municipais competentes a realização das verificações consideradas necessárias. Terminou associando-se às palavras de apoio dirigidas ao Ermesinde Sport Clube 1936, recordando a sua antiga ligação ao clube e manifestando o desejo de que a equipa alcançasse a vitória na final da competição, proporcionando um momento de orgulho coletivo à cidade de Ermesinde, recordando e saudando também os mais variados atletas e treinadores da Cidade, pela sua capacidade técnica e tática. Ermesinde tem várias equipas e atletas que atingem o patamar da excelência aos níveis regional, nacional e internacional, como foi possível constatar na última gala de mérito desportivo do Município de Valongo. ----------

Concluída a resposta do Senhor Presidente da Junta, tomou a palavra, em representação do Partido Socialista, o membro Vítor de Sousa, que apresentou um Voto de Louvor ao Agrupamento n.º 7 de Ermesinde do Corpo Nacional de Escutas, por ocasião da celebração do seu centenário. Esta intervenção fica anexada à presente ata como anexo **número um,** fazendo parte integrante da mesma. ----------

Seguidamente, usou da palavra o membro da Assembleia Nuno Lobo, em representação do Partido CHEGA que iniciou a sua intervenção fazendo referência à recente participação do Deputado José Carvalho, eleito pelo partido CHEGA, numa audição parlamentar, em que

questionou o Senhor Ministro da Administração Interna, Luís Neves, acerca da Esquadra de Ermesinde. Considerou importante destacar publicamente aquela intervenção, defendendo que a Cidade necessita de uma esquadra devidamente dimensionada para a população que serve e manifestando preocupação relativamente à insuficiência de efetivos policiais. Referiu que, segundo a informação disponível, teria sido garantida a manutenção da esquadra, embora continuasse a ser necessária a reivindicação de um reforço significativo dos meios humanos afetos àquela unidade policial. Prosseguindo a sua intervenção, abordou a situação existente na Rua Presas de Sá, relatando o caso de um comerciante que, alegadamente, já teria comunicado diversas vezes às entidades competentes a existência de um abatimento do passeio, reportando à Câmara Municipal de Valongo e à Junta da Freguesia de Ermesinde. Da Câmara não obteve resposta e a Junta remeteu para a Câmara. Referiu que a situação teria já provocado acidentes com peões e lamentou a demora na resolução do problema. Chamou igualmente a atenção para problemas existentes na Travessa da Cooperativa Porta Aberta, que visitou e tem registo fotográfico, designadamente relacionados com a acumulação de folhas e resíduos vegetais junto dos sistemas de drenagem, situação que, segundo afirmou, contribui para episódios frequentes de inundação durante períodos de chuva intensa, o que torna aquela artéria intransitável. Abordou depois a situação do jardim e da locomotiva histórica existente junto à estação ferroviária de Ermesinde, considerando tratar-se de um importante elemento patrimonial da Cidade que deveria merecer melhor conservação e valorização. Questionou ainda o Executivo sobre o futuro do Mercado de Ermesinde e voltou a insistir na necessidade de reforçar a limpeza e manutenção da Praça Primeiro de Maio, defendendo que a qualidade do espaço público influencia diretamente o comportamento dos utilizadores e contribui para melhorar a imagem da cidade. Considera que uma Cidade limpa promove comportamentos mais cívicos. No domínio das infraestruturas desportivas, referiu o Estádio de Sonhos, que serve cerca de trezentos e cinquenta jovens, considerando que o equipamento apresenta diversos sinais de degradação, designadamente ao nível das acessibilidades, dos pavimentos, dos estacionamentos e das condições oferecidas aos utilizadores. Referiu que um equipamento utilizado por centenas de jovens e por uma das principais coletividades da cidade deveria merecer maior atenção por parte das entidades responsáveis. Pediu a todos que apoiassem o ESC1936 no final da taça, fazendo votos de vitória ao clube, pois seria uma grande alegria para todos os Ermesindenses. Abordou igualmente a questão da operacionalidade das bocas-de-incêndio existentes na freguesia, questionando se havia sido efetuada alguma verificação preventiva, especialmente

perante a aproximação da época de maior risco de incêndios, pois deslocou-se ao Quartel dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde e obteve a informação que muitas das bocas não se encontram utilizáveis. Questionou ainda o Executivo relativamente à situação da Rua de Luanda, questionando até quando permanecerá assim, cada vez o fosso é maior e se continuar a aumentar existe o risco de ficar algum automóvel lá preso. Afirmou que os problemas existentes naquela artéria se prolongam há décadas sem solução definitiva. Prosseguindo a sua intervenção, referiu-se ao processo de substituição das paragens de transporte público, considerando excessiva a demora na execução dos trabalhos e questionando quando estaria concluída a instalação das novas estruturas, trazendo prejuízo para os cidadãos. ----------
Manifestou igualmente preocupação relativamente às instalações sanitárias construídas junto à estação ferroviária, considerando que a sua não entrada em funcionamento tem contribuído para situações de utilização inadequada do espaço público envolvente. Questionou também se existe a possibilidade de instalação de um taipal ou toldo que proteja os taxistas no local, pedido expresso dos taxistas de Ermesinde. Terminou a sua intervenção referindo-se aos semáforos instalados no cruzamento da Travessa 1.º de Dezembro com a Rua Heróis do Chaimite, defendendo que a sua entrada em funcionamento deveria ocorrer com a maior brevidade possível, atendendo à importância daquele cruzamento para a segurança rodoviária, pois por pouco não sofreu um acidente naquele local, como tem documentado em vídeo. Afirma que muitas das dificuldades que referiu sabe serem da responsabilidade da Câmara Municipal de Valongo e que espera que por Câmara e Presidente da Junta serem da mesma cor política, isso não impeça a oposição que deve ser feita à Câmara Municipal de Valongo. Na parte final da intervenção efetuou ainda uma apreciação crítica relativamente a opções de investimento realizadas em anteriores mandatos municipais, defendendo que a obra megalómana e doentia, que é a construção do novo edifício municipal, terá condicionado a atual capacidade financeira do Município e limitado a possibilidade de realização de intervenções em diversas áreas da cidade, pois a obra, iniciada em 2021, com prazo de execução de dois anos e orçamento de dez milhões e seiscentos mil euros já vai com derrapagem de vinte e três milhões de euros. ----------
Em resposta, o Senhor Presidente da Junta começou por agradecer a intervenção produzida e referiu acompanhar a preocupação manifestada relativamente à Esquadra da PSP de Ermesinde. Recordou que, desde o início do seu mandato, tem defendido publicamente a necessidade de reforço dos efetivos policiais afetos à cidade, considerando inaceitável qualquer cenário que implique o enfraquecimento da presença policial em Ermesinde. Manifestou igualmente apreço

pelo facto de representantes da cidade terem levado o assunto à Assembleia da República, salientando a importância de todas as iniciativas que contribuam para sensibilizar o Governo para esta realidade. Relativamente à Rua Presas de Sá, informou que nesse mesmo dia havia sido identificada uma falha técnica no sistema de correio eletrónico da Junta de Freguesia, situação que provocou o atraso involuntário na receção e encaminhamento de diversas comunicações enviadas por cidadãos. Esclareceu, contudo, que a situação já havia sido regularizada e que o pedido em causa fora imediatamente remetido para a Câmara Municipal de Valongo. Aproveitou ainda para defender que determinadas competências de pequena manutenção urbana deveriam ser transferidas para as juntas de freguesia, acompanhadas dos respetivos meios financeiros, considerando que uma gestão mais próxima permitiria respostas mais rápidas e eficazes a situações semelhantes. Quanto à Travessa da Cooperativa Porta Aberta, esclareceu que a área em questão não integra atualmente o conjunto de espaços verdes transferidos para a responsabilidade da Junta da Freguesia, encontrando-se a sua manutenção dependente de outras entidades. Não obstante, comprometeu-se a voltar a chamar a atenção para os problemas identificados naquele local. Prosseguindo a resposta às questões colocadas pelo representante do Partido Chega, o Senhor Presidente da Junta referiu-se à situação da locomotiva histórica existente junto à estação ferroviária de Ermesinde, reconhecendo tratar-se de um elemento patrimonial de grande significado para a identidade da Cidade. Salientou que Ermesinde possui uma forte ligação histórica ao caminho-de-ferro e que aquele equipamento constitui um testemunho importante dessa herança, considerando por isso legítima a preocupação manifestada relativamente ao seu estado de conservação e ao estacionamento abusivo naquele local. Comprometeu-se a transmitir a questão às entidades competentes, defendendo que a valorização do património local deve constituir uma preocupação permanente. Quanto à Praça Primeiro de Maio, reconheceu a importância das questões relacionadas com a higiene urbana e a manutenção do espaço público. É de facto competência da Câmara Municipal de Valongo, a Junta da Freguesia não pode exercer uma competência não sendo sua. Sendo a Junta responsável pela varredura da Cidade, o lixo acumulado no espaço público durante dias causa uma pressão injustificável nos serviços, impactando assim a prestação de um bom serviço. Considerou, contudo, que o problema deve ser analisado de forma abrangente pelas autarquias locais, envolvendo não apenas as entidades responsáveis pela limpeza e recolha de resíduos, mas também a sensibilização dos cidadãos para uma utilização mais responsável dos espaços comuns. Defendeu que a qualidade do espaço

público é uma responsabilidade partilhada e que os esforços desenvolvidos pelos serviços municipais e pela Junta de Freguesia devem ser acompanhados por comportamentos cívicos adequados por parte dos utilizadores. Sobre o Estádio dos Sonhos, afirmou partilhar das preocupações manifestadas e reconheceu que o equipamento necessita de investimentos significativos. Recordou a importância do Ermesinde Sport Clube 1936 para a cidade e para a formação desportiva de centenas de jovens, defendendo que os equipamentos desportivos existentes devem acompanhar essa realidade. Considerou que o Estádio dos Sonhos constitui uma infraestrutura estratégica para Ermesinde e que o seu futuro deve continuar a merecer atenção por parte das entidades competentes, pois não são necessárias obras, mas sim um novo complexo desportivo. Ainda neste contexto, referiu que o debate sobre os equipamentos desportivos não pode limitar-se apenas à manutenção corrente, devendo igualmente contemplar uma reflexão mais ampla sobre a capacidade de resposta das infraestruturas existentes às necessidades atuais e futuras da cidade. No que respeita aos hidrantes, esclareceu que a respetiva manutenção e operacionalidade são asseguradas pela entidade gestora da rede de abastecimento de água, a BeWater, embora a situação seja regularmente acompanhada no âmbito dos mecanismos de coordenação da Proteção Civil. Referiu ainda ter estado presente numa reunião relativa ao incêndio do ano anterior, em que teve conhecimento da existência de hidrantes prioritária, que estão sempre operacionais e outros que necessitam de ser sempre vistoriados e recuperados. Apelou ainda para que os hidrantes não fossem vandalizados, pois sempre que o mesmo acontece poderá acontecer serem necessários e não se encontrarem disponíveis, causando grandes transtornos às autoridades e aos cidadãos. Salientou que a prevenção constitui um dos aspetos mais importantes da proteção civil e que existe acompanhamento permanente das condições de segurança existentes no território. Relativamente à Rua de Luanda, declarou acompanhar integralmente as preocupações manifestadas, reconhecendo tratar-se de uma situação antiga e sucessivamente identificada pelos moradores e pelos representantes autárquicos. Referiu que a Junta de Freguesia tem vindo a transmitir essa preocupação à Câmara Municipal, estando prevista a intervenção para este ano. Quanto às novas paragens de transporte público, reconheceu que a execução do projeto sofreu atrasos superiores ao inicialmente previsto, mas informou que os trabalhos continuavam em desenvolvimento e que a informação disponível apontava para a sua conclusão gradual. Relativamente às instalações sanitárias construídas junto à estação ferroviária, explicou que a principal dificuldade se encontrava relacionada com a ligação da infraestrutura à rede

elétrica, pois com a intempérie, todos os esforços foram canalizados para as áreas afetadas. Acrescentou que a Junta de Freguesia tem acompanhado a evolução do processo e que existe interesse em que aquele equipamento possa ser colocado ao serviço da população o mais rapidamente possível. Referiu também que concorda com o membro Nuno Lobo, mas acha que a sua intervenção peca por defeito, pois aquele espaço esteve ao abandono durante décadas, sem nenhuma intervenção, e hoje, apesar das casas de banho ainda não estarem disponíveis, é um espaço que foi devolvido à população, com máquinas de exercício e mesas que certamente servirão para os mais velhos jogarem às cartas. Gostaria que quando apontam o que está menos bem, também fossem referidas as coisas positivas, que são muitas. ----------

No que respeita aos semáforos da Rua 1.º de Dezembro, informou que deu uma informação errada ao Senhor Presidente da Câmara referindo que já estavam em funcionamento, o que não era verdade. Considera que quando estiverem em funcionamento vão provocar filas enormes de trânsito nas horas de maior afluência, no entanto, continuaria a acompanhar a situação junto da Câmara Municipal, aguardando informação atualizada sobre a data prevista para a respetiva entrada em funcionamento e que, pela informação obtida, este procedimento é normal para que as pessoas se vão habituando, os semáforos são instalados e permanecem desligados, passando depois a estarem intermitentes e só depois entrarão em funcionamento. Discordou do eleito Nuno Lobo, pois acredita que a solução não possa por fazer oposição à Câmara de Valongo, pois considera que as boas políticas públicas só se conseguem com diálogo, partilha e respeito institucional, considerando que deve ser mantida a exigência, como tem sido habitual. A governação deve ser independente dos partidos e para todos, pois o mais importante é a nossa Cidade e quem nela vive e trabalha. Concluiu a sua resposta reafirmando o compromisso de defesa dos interesses da população de Ermesinde. ----------

Usou depois da palavra o representante do Centro Democrático Social – Partido Popular, Rui Almeida, que começou por agradecer os esclarecimentos anteriormente prestados e retomou alguns dos temas, nomeadamente às boas práticas do governo socialista municipal, como a expropriação do Estádio de Sonhos, pois essa não seria a única solução, existia uma opção com menos custos para o erário público. O que se reflete no Estádio de Sonhos é idêntico ao que acontece no Complexo desportivo dos Montes de Costa, pois foi criado um equipamento para atletismo e futebol que não seve nem para uma coisa nem para outra, a bancada construída não tem as mínimas condições nem faz sentido, o corte da relva é muito raro e o circuito de manutenção desconhece. Os equipamentos desportivos na Cidade têm sido deixados ao

abandono pelos sucessivos educativos municipais e agora a manutenção necessária será mais cara. Recordou que o clube tentou homologar o campo, mas que foi informado que aquele campo era destinado ao futebol de sete e que após vistoria, por um metro não cumpria as condições para futebol de onze. Referiu a necessidade de continuar a investir na valorização da cidade e na melhoria das condições oferecidas aos cidadãos, defendendo que as intervenções realizadas devem procurar responder às necessidades efetivamente sentidas pela população. -- Relativamente às questões de limpeza e varredura, deu nota pública de que relativamente à varredura o serviço é condigno, mas que nalgumas zonas da Cidade a recolha dos resíduos sólidos urbanos não é recolhido com a devida frequência, o que faz com que os cidadãos depositem o lixo fora dos locais apropriados. Pediu ao Senhor Presidente de Junta para, junto da Câmara, tentar resolver a questão, pois é de suma importância. Voltou a uma questão que já tinha abordado na última sessão na Assembleia de Freguesia, que é o trânsito na Cidade, particularmente difícil em hora de ponta. Referiu também um estudo já efetuado para uma eventual alteração de sentidos de trânsito. Sendo este um problema que se verifica na cidade de Valongo e visto que o Senhor Presidente de Câmara anunciou a realização de um estudo idêntico naquela Cidade, questionou se mais uma vez Ermesinde iria ser ultrapassada por Valongo, mesmo estando numa fase mais adiantada neste processo. Continuou a sua intervenção, indicou que foram colocadas lombas na Rua 5 de outubro, junto ao Estádio de Sonhos com a colocação de baias a delimitarem as faixas de rodagem. Faz sentido que ali se tente aumentar a segurança rodoviária, pois ali circulam muitas crianças, mas o que se verifica de momento são ultrapassagens quando o carro da frente abranda, o carro atrás ultrapassa, ou, mesmo sem carro à frente, para não ter que passar por cima da lomba, contorna-a, deslocando-se em sentido contrário. Pediu que seja dada nota desta situação aos serviços municipais, para que se encontre uma solução, sugerindo a colocação das lombas em simultâneo nos dois sentidos. Reconheceu que, quanto à colocação dos semáforos no cruzamento da 1.º de dezembro e embora inicialmente não estivesse de acordo, sem que antes se fizesse um estudo do seu impacto, de facto resolveu o problema, mesmo sem ainda estarem a funcionar, parabenizando assim o Senhor Presidente da Câmara. ----------

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta, Miguel de Oliveira, afirmando que quanto à questão do Estádio de Sonhos e do Complexo desportivo dos Montes da Costa se iria abster de comentar, pois foi a opção tomada pelo Executivo Municipal à data. Concorda que a intervenção que ocorreu no Complexo Desportivo dos Montes da Costa deveria ter sido outra, assunto que

já abordou com o atual Presidente da Câmara Municipal de Valongo. Não concorda que todos os equipamentos desportivos da Cidade tenham sido deixados ao abandono, dando como exemplo o Pavilhão Municipal da Bela, que não era utilizado por ninguém e que era metade da Junta e metade da Câmara, sem condições nenhumas, tendo sido em boa hora que o Executivo da Junta do Partido Socialista cedeu a sua parte à Câmara Municipal, para que esta pudesse recuperar o pavilhão, servindo assim melhor a população. Agradeceu o reconhecimento do serviço de varredura e de extirpação de ervas, que reconhece ser particularmente difícil nesta época do ano. Quanto às questões colocadas na última Assembleia de Freguesia, indicou ter consigo a impressão do e-mail que a Junta enviou no dia 12 de janeiro à Câmara Municipal, não tendo obtido resposta, bem como o reiterar do pedido de dia 23 de abril. Iria no dia seguinte, na Sessão da Assembleia Municipal, questionar qual o motivo para que não se tenha pronunciado. Quanto ao estudo de trânsito feito, informou que tem discutido muito e de forma constante esta questão com a senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, que está muto empenhada numa solução para a Cidade, pois tal como muitos autarcas, acredita que numa Cidade com a tipologia de Ermesinde, algumas inversões de sentido, alguns sentidos únicos e um olhar mais fino, poderiam resolver os problemas de circulação automóvel e ajudar a que o trânsito escoasse mais rapidamente, não acreditando que a Cidade de Ermesinde seja ultrapassada por Valongo. Relativamente às lombas em frente ao Estádio, informou já ter abordado o Senhor Presidente de Câmara nesse sentido. Referiu que não acredita terem sido os semáforos na Rua 1.º de Dezembro a resolver o problema, mas sim o maior cuidado das pessoas ao visualizarem o sinal luminoso ainda que desligado. ----------

Alexandra Pinto, membro da Assembleia da Freguesia, eleita pela Iniciativa Liberal, tomou a palavra para falar sobre o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, intervenção que fica anexada à presente ata como anexo **número dois,** fazendo parte integrante da mesma. ---------

O Senhor Presidente da Junta informou que acompanhou a intervenção da eleita na Assembleia Municipal e que, embora não se pronunciasse sobre o assunto, iria ler o relatório apresentado com atenção, desafiando para a criação de um núcleo local de Proteção Civil, tal como previsto na Lei e para o qual a Freguesia de Ermesinde estaria totalmente disponível. Deu como exemplo as fortes chuvas que se fizeram sentir, pressionando os serviços municipais com ocorrências em todo o concelho, nomeadamente a queda de diversas árvores, em que para aliviar alguma dessa pressão, deu conta ao Senhor Coordenador Municipal da Proteção Civil de que a Freguesia de Ermesinde assumiria por conta própria a remoção de árvores e a limpeza da via pública, para

que os serviços municipais pudessem estar mais disponíveis para apoiar as outras freguesias do concelho, assumindo assim que Ermesinde já tem alguma capacidade instalada e que é defensor acérrimo da existência de núcleos da Proteção Civil. Deu nota de que no exercício futuro das suas funções como Coordenador Distrital da ANAFRE, uma das ações a levar a cabo será uma ação formativa destinada a todas as freguesias do distrito relativamente à pertinência da criação destes núcleos formais. ----------

De seguida, Carlos Mourão do Partido Social Democrata (doravante PSD), iniciou a sua intervenção por parabenizar os funcionários e funcionárias da Junta da Freguesia pelas comemorações do 25 de abril. Voltou ao tema do cemitério n.º 1, abordado anteriormente, nomeadamente, às infiltrações nos ossários, na loja da florista e na porta nas traseiras desta, à degradação das casas de banho e, sobretudo, aos balneários dos trabalhadores, que não apresentam condições dignas. Questiona para quando estão previstas intervenções no Cemitério. Reiterou a importância da formação dos trabalhadores, prevista legalmente da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, tema que também já tinha abordado, questionando para quando está prevista. ----------

O Senhor Presidente da Junta tomou a palavra, para informar que aguarda pela aprovação do ponto n.º 3 da Ordem do Dia, primeira revisão ao orçamento e plano plurianual de 2026, pois apenas assim estará mais perto de conseguir efetuar as necessárias intervenções. ----------

O membro da Assembleia de Freguesia, Yuri Tavares, em representação da bancada do PSD, cumprimentou o Presidente da Mesa da Assembleia, o Presidente da Junta, os restantes membros do Executivo, representantes das forças políticas presentes, vereadores do PSD, público presente, público que acompanhava a sessão à distância, comunicação social e funcionários da autarquia. Referiu que a sua intervenção seria pautada pelo rigor que a função exige e por um espírito construtivo, centrando-se na eficiência da gestão pública, na valorização do espaço urbano e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que vivem e trabalham na freguesia. Informou que a sua intervenção se estruturaria em torno de quatro eixos considerados prioritários e que, no seu entendimento, careciam de esclarecimentos urgentes: o planeamento da Festa de Santa Rita, a gestão do parque arbóreo, o estado da higiene urbana e a resposta social à crescente situação de pessoas em situação de sem-abrigo na freguesia. ------

Relativamente à Festa de Santa Rita, salientou tratar-se de uma das principais marcas identitárias da comunidade e de uma celebração de grande importância para a população. Contudo, considerou que não poderia continuar a ser associada a dificuldades logísticas para

residentes e comerciantes. Reconhecendo a relevância económica do evento, referiu que os constrangimentos registados nos últimos anos, nomeadamente o bloqueio de acessos e situações sensíveis ocorridas junto ao cemitério em momentos de luto, exigiam uma nova abordagem. Neste contexto, questionou qual o plano operacional da Junta de Freguesia para mitigar o impacto da festa na atividade comercial local e na mobilidade dos moradores já na presente edição. Apresentou ainda a proposta de criação de um grupo de trabalho alargado, envolvendo a Junta, as forças políticas, os comerciantes e as forças de segurança, com o objetivo de melhorar a organização do evento, otimizar a implementação dos palcos, equilibrar os fluxos de circulação para evitar prejuízos ao comércio e garantir a dignidade e o silêncio nas áreas mais sensíveis, nomeadamente na envolvente do cemitério e nas zonas predominantemente residenciais. Passando ao tema dos espaços verdes e da gestão do parque arbóreo, defendeu que a transparência nesta matéria é fundamental. Referiu que, com a transferência de competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, esta assumiu novas responsabilidades, mas que a perceção pública é a de que a manutenção continua aquém das necessidades. Solicitou esclarecimentos sobre o valor exato da verba transferida para esse efeito e sobre o reforço de meios humanos e técnicos realizado ou previsto, de modo a assegurar que a transferência de competências se traduzisse numa melhoria efetiva da poda, limpeza e manutenção preventiva dos espaços verdes. Chamou ainda a atenção para a situação de determinadas espécies arbóreas que libertam resíduos, como o denominado "algodão", defendendo a existência de um plano de substituição ou de manutenção programada que evite os transtornos sentidos por moradores e comerciantes. No que respeita à higiene urbana e à saúde pública, afirmou tratar-se de uma das áreas mais visíveis da atuação de uma Junta de Freguesia. Considerou que a retirada dos contentores sem uma alternativa logística eficaz constituiu um erro, cujas consequências se refletiam atualmente na degradação da limpeza urbana e da imagem da cidade. Questionou, por isso, qual o plano de contingência previsto para reverter o atual estado da limpeza urbana. Relativamente ao controlo de pragas, solicitou informação sobre as medidas de desinfestação programadas para prevenir problemas de saúde pública, sobretudo com a aproximação dos meses mais quentes, referindo existirem relatos preocupantes de avistamentos de roedores no centro da cidade. Por fim, abordou a questão das pessoas em situação de sem-abrigo, manifestando preocupação com o aumento deste fenómeno, particularmente na zona da Praça da Estação. Reconheceu a sensibilidade demonstrada pelo Presidente da Junta relativamente ao tema, mas considerou que a boa

vontade deve ser acompanhada por políticas sociais eficazes. Defendeu que uma cidade moderna não pode normalizar situações de exclusão social nas suas principais portas de entrada e questionou se existia uma estratégia de articulação em rede com as instituições de solidariedade social, destinada a proporcionar respostas habitacionais e de reinserção social dignas. Solicitou ainda esclarecimentos sobre as medidas preventivas que estão a ser adotadas para travar o crescimento deste fenómeno na freguesia. Em conclusão, dirigindo-se ao Presidente da Junta, referiu que as questões apresentadas não correspondiam apenas às preocupações da bancada do PSD, mas refletiam igualmente as queixas e inquietações transmitidas pelos fregueses no contacto direto com a população. Terminou sublinhando que o papel da bancada do PSD não se limita à fiscalização da atividade do Executivo, manifestando total disponibilidade para colaborar de forma construtiva na procura de soluções que contribuam para colocar a freguesia num patamar de excelência condizente com as expectativas e necessidades da população. ----------

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua resposta referindo que ouviu atentamente a intervenção do membro da bancada do PSD e que esta lhe trouxe à memória uma intervenção realizada anos antes, em dezembro de 2017, por outro eleito, em circunstâncias que considerou semelhantes. Ainda assim, agradeceu o reconhecimento da sensibilidade que lhe foi atribuída relativamente à problemática das pessoas em situação de sem-abrigo e manifestou a intenção de responder às questões colocadas com total transparência. Relativamente à Romaria de Santa Rita, afirmou continuar a ter dificuldade em compreender a insistência em torno da ocupação do espaço frontal do Cemitério n.º 2, considerando que, se esse entendimento fosse levado à letra, então também se deveria questionar a realização das Festas de São Lourenço junto ao Cemitério n.º 1, situação que ocorre há vários anos. Esclareceu que, durante a realização da romaria, são adotadas medidas específicas para minimizar eventuais constrangimentos, nomeadamente permitindo o acesso de viaturas ao interior do cemitério quando ocorrem funerais ou cerimónias fúnebres. Acrescentou que deixou de ser permitida a instalação sonora em determinadas áreas de diversão e que existe um cuidado acrescido para evitar ruído durante a realização de exéquias. Referiu ainda que não tinha conhecimento de reclamações significativas por parte dos comerciantes da zona, salientando que muitos dos estabelecimentos existentes beneficiam economicamente com a realização da romaria, registando aumentos consideráveis da faturação durante o período festivo. Manifestou total disponibilidade para discutir e aperfeiçoar a organização da Romaria de Santa Rita, área sobre a qual afirmou sentir-

se particularmente à vontade, quer pela sua experiência autárquica, quer pelo acompanhamento direto da programação cultural da freguesia. Defendeu, contudo, que quaisquer alterações deverão preservar as tradições locais, a identidade histórica do evento e os benefícios alcançados ao longo dos últimos anos. Destacou as melhorias introduzidas na organização da romaria, designadamente a relocalização do palco principal, a reorganização do espaço, a criação de corredores de circulação mais amplos e a melhoria das condições gerais de funcionamento do recinto. Considerou que a romaria apresenta atualmente níveis de organização muito superiores aos do passado, sem prejuízo de reconhecer que existem sempre oportunidades de aperfeiçoamento. Sublinhou ainda que o planeamento da romaria é realizado de forma articulada com diversas entidades, entre as quais a Proteção Civil Municipal, a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Municipal, os serviços municipais de higiene urbana e de vias e arruamentos, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ermesinde e outros parceiros envolvidos na organização do evento. Quanto à questão da gestão dos espaços verdes e das transferências de competências, afirmou não ter compreendido integralmente o sentido da intervenção do membro do PSD, solicitando esclarecimentos adicionais caso tivesse interpretado incorretamente as observações efetuadas. A esse propósito, salientou que as juntas de freguesia recebem verbas muito limitadas para a manutenção dos espaços verdes e do parque arbóreo, referindo que os valores atualmente transferidos pelo município são insuficientes para assegurar uma resposta plenamente adequada às necessidades existentes. Acrescentou que esta é uma preocupação partilhada pelos presidentes de junta das cinco freguesias do concelho, independentemente da sua filiação partidária. Recordou que o processo de transferência de competências teve início em anteriores mandatos e que as dificuldades atualmente verificadas já se faziam sentir nessa altura. Informou que uma das principais reivindicações da Junta de Freguesia no âmbito da preparação do Orçamento Municipal para 2027 será precisamente a revisão dos acordos de transferência de competências, de forma a garantir uma maior adequação dos recursos financeiros às responsabilidades assumidas. Defendeu, por isso, que a Junta tem efetuado uma gestão rigorosa e eficiente dos recursos disponíveis, considerando que apenas através dessa gestão é possível assegurar os serviços atualmente prestados à população. No que respeita à recolha de resíduos e à instalação de contentores, esclareceu que essas matérias são da responsabilidade da Câmara Municipal, não se encontrando abrangidas pelas competências da Junta de Freguesia. A mesma distinção foi efetuada relativamente ao controlo de pragas, que igualmente constitui uma competência

municipal. Ainda assim, afirmou que a Junta acompanha permanentemente estas situações e exerce junto do município a necessária pressão para que sejam realizadas as intervenções consideradas indispensáveis. Referiu, a título de exemplo, as ações de desbaratização realizadas no ano anterior, nas quais acompanhou diretamente os serviços municipais e a empresa responsável pela execução dos trabalhos. Relativamente à situação das pessoas em situação de sem-abrigo, reconheceu tratar-se de uma realidade preocupante e que afeta toda a comunidade. Referiu que, até há poucas semanas, existia uma situação particularmente grave no antigo túnel da CP, a qual foi resolvida através de uma intervenção articulada entre a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e a Polícia Municipal. Defendeu que estas intervenções devem ocorrer com maior regularidade e sublinhou a necessidade de respostas integradas que vão além da componente habitacional, incluindo acompanhamento psicológico, psiquiátrico e social. Referiu que, ao longo dos anos, a Junta desenvolveu diversas ações de apoio direto às pessoas em situação de sem-abrigo, incluindo a distribuição de alimentos, cobertores e outros bens essenciais. Contudo, afirmou que a experiência demonstrou que estas respostas, embora bem-intencionadas, não resolvem o problema estrutural e podem contribuir para a sua perpetuação. Destacou o papel das parcerias estabelecidas entre o município, as instituições de solidariedade social e outras entidades, dando como exemplo o Centro de Recursos para a Inclusão Social, instalado no Mercado Municipal de Ermesinde, que disponibiliza diversos serviços de apoio, como instalações para higiene pessoal, lavandaria, guarda de pertences, fornecimento de bens essenciais e acesso a caixa postal. Considerou, porém, que a resposta mais importante passa pelo acompanhamento continuado destas pessoas, promovendo a sua reintegração social e combatendo as causas que conduziram à situação de exclusão. Assinalou igualmente que a legislação em vigor não permite retirar coercivamente pessoas em situação de sem-abrigo do espaço público apenas pelo facto de aí permanecerem, devendo ser respeitada a autodeterminação individual. Ainda assim, defendeu que o espaço público deve permanecer acessível a todos os cidadãos e que importa continuar a procurar soluções equilibradas que conciliem os direitos individuais com o interesse coletivo. Concluiu reafirmando a sua especial sensibilidade para esta temática, considerando que qualquer pessoa pode, perante circunstâncias adversas ou decisões erradas, encontrar-se numa situação semelhante, razão pela qual entende que a resposta deve ser simultaneamente firme, humana e socialmente responsável. ----------

De seguida, voltou a usar da palavra o membro da bancada do PSD, André Barbosa, referindo

que não tencionava intervir novamente, mas que se sentiu motivado a fazê-lo em virtude da forma como o Senhor Presidente da Junta reagiu às questões colocadas pelo seu colega de bancada. Começou por afirmar que as perguntas apresentadas eram pertinentes e rejeitou a ideia de que existisse desconhecimento relativamente à distribuição de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia. Salientou que a distinção entre competências municipais e competências da Junta é frequentemente referida pelo Senhor Presidente nas reuniões da Assembleia, pelo que considerava que essa matéria era do conhecimento dos eleitos. Acrescentou que, em futuras intervenções, poderá ser útil explicitar previamente quando determinada matéria é da competência da Câmara Municipal, de forma a evitar interpretações erradas quanto ao propósito das questões colocadas. Referiu ainda ter ficado surpreendido com o tom da resposta do Senhor Presidente da Junta, considerando-o mais exaltado do que o habitual. Prosseguindo a sua intervenção, afirmou que, da resposta prestada, retirava a conclusão de que existiam dificuldades de articulação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, designadamente no que respeita à obtenção de respostas a pedidos e solicitações efetuadas pela Junta. Referiu ter conhecimento de comunicações enviadas pela Junta ao executivo municipal e defendeu que os vereadores deveriam contribuir para garantir uma resposta mais célere às solicitações apresentadas. Sublinhou que a Assembleia de Freguesia tem uma importante função de acompanhamento e fiscalização da atividade autárquica e considerou que a existência de respostas atempadas às questões levantadas pelos eleitos é essencial para o bom funcionamento dos órgãos autárquicos e para o exercício das suas competências. Relativamente à Rua de Luanda, recordou que se encontram em curso intervenções associadas às obras de instalação e enterramento de cabos de média e alta tensão, promovidas pela REN, considerando que essa circunstância poderá dificultar a realização de outras intervenções naquela via até ao final dos trabalhos. Solicitou esclarecimentos adicionais sobre essa matéria. Por último, abordou a situação do Pavilhão da Bela, reconhecendo a importância do investimento realizado naquele equipamento desportivo. Contudo, manifestou a convicção de que a obra apresenta problemas de execução, referindo ter conhecimento de preocupações transmitidas por dirigentes e utilizadores do clube relativamente às condições térmicas e de humidade existentes no interior do pavilhão. Segundo referiu, durante o período de verão registam-se temperaturas excessivamente elevadas e, durante o inverno, verificam-se níveis significativos de humidade no pavimento, circunstâncias que poderão condicionar a realização de atividades desportivas e levar ao cancelamento de alguns jogos. Neste contexto,

considerou que o investimento teria produzido melhores resultados caso a execução da obra tivesse acautelado devidamente estas questões técnicas. ----------

O Senhor Presidente da Junta retomou a palavra para esclarecer que não se encontrava zangado com as intervenções efetuadas, mas antes triste com algumas das apreciações produzidas durante o debate. Explicou que essa tristeza decorria do que considerou ser uma insuficiente valorização do trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia e dos seus colaboradores, bem como da perceção de que algumas intervenções poderiam transmitir à população a ideia de que a gestão da coisa pública é efetuada com falta de rigor ou responsabilidade, entendimento com o qual manifestou total discordância. Reafirmou que reconhece no Presidente da Junta o papel de principal porta-voz dos legítimos anseios da população da freguesia e que assume essa responsabilidade diariamente. Contudo, observou que uma parte significativa do debate realizado naquela sessão incidiu sobre matérias cuja competência pertence à Câmara Municipal e que, no seu entendimento, deveriam ser discutidas prioritariamente na Assembleia Municipal. Referiu que não se opõe à discussão dessas matérias na Assembleia de Freguesia, comprometendo-se a continuar a transmitir junto das entidades competentes as preocupações manifestadas pelos eleitos e pela população. Ainda assim, considerou que existem sítios próprios para a apreciação de determinadas questões e que gostaria de ver mais tempo dedicado, naquele órgão, às matérias diretamente relacionadas com as competências da freguesia. No que respeita à relação institucional entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, salientou que esta não pode depender exclusivamente da relação pessoal existente entre os respetivos titulares dos órgãos executivos. Indicou que, sempre que contacta diretamente o Presidente da Câmara ou a Vice-Presidente, obtém resposta às questões colocadas, considerando que os atrasos verificados resultam sobretudo de dificuldades associadas ao funcionamento da estrutura administrativa e dos serviços municipais. Acrescentou que já abordou esta questão por diversas vezes em sede de Assembleia Municipal, classificando como inaceitáveis alguns dos atrasos na resposta às solicitações das juntas de freguesia. Reconheceu, contudo, os esforços desenvolvidos pelo atual gabinete da Presidência da Câmara para melhorar essa situação, embora os considere ainda insuficientes. Sublinhou que a Junta de Freguesia exige respostas atempadas por parte da Câmara Municipal, defendendo a igualdade institucional entre as diferentes autarquias locais e recordando que a legitimidade democrática conferida pelo voto aos órgãos das freguesias é idêntica à dos órgãos municipais. Referiu ainda que a falta de resposta por parte das câmaras municipais constitui um problema

transversal a muitas autarquias do país, sem que isso diminua a necessidade de continuar a exigir melhorias. Esclareceu igualmente que as comunicações de maior relevância institucional são habitualmente remetidas aos vereadores municipais, enquanto outras questões de menor dimensão são dirigidas diretamente à Presidência da Câmara, seguindo as orientações definidas pelos serviços municipais. Relativamente à intervenção prevista na Rua de Luanda, informou ter recebido recentemente documentação relacionada com os trabalhos promovidos pela REN e pela empresa responsável pela execução da obra, incluindo informação relativa aos avisos a distribuir pelos moradores. Face a esses elementos, admitiu que os trabalhos possam iniciar-se em breve, permitindo posteriormente avançar com outras intervenções naquela via. Sobre o Pavilhão da Bela, reconheceu que as obras realizadas poderiam ter produzido resultados ainda melhores. Recordou, contudo, que o equipamento apresentava limitações estruturais pré-existentes, designadamente ao nível das suas dimensões, que impedem a realização de determinadas competições federadas. Ainda assim, destacou que as obras permitiram uma melhoria muito significativa das condições disponíveis para a prática desportiva e contribuíram para o crescimento da atividade da União Cultural, Desportiva e Recreativa da Bela, verificando-se atualmente um número muito superior de praticantes relativamente ao período anterior à intervenção. Reconheceu que as condições existentes podem não ser perfeitas, mas considerou inequívoco que a oferta desportiva disponível foi substancialmente valorizada através daquele investimento. A propósito da execução das obras públicas, salientou que todos os intervenientes desejam que os projetos sejam realizados com qualidade. Contudo, observou que os titulares dos órgãos políticos não executam diretamente as empreitadas, cabendo essa responsabilidade às empresas contratadas através dos procedimentos legalmente estabelecidos. Defendeu que os órgãos autárquicos devem assegurar uma fiscalização rigorosa das obras, mas reconheceu que, muitas vezes, as autarquias ficam condicionadas pela atuação dos empreiteiros vencedores dos concursos públicos. Recordou situações em que determinadas intervenções necessitaram de correções posteriores devido a deficiências de execução, considerando que nesses casos a responsabilidade deve ser atribuída às empresas executantes e não aos responsáveis políticos que exigiram a respetiva reparação. Manifestou ainda preocupação com a evolução do setor da construção civil, alertando para a escassez crescente de profissionais qualificados e para o aumento do número de concursos públicos sem concorrentes, fatores que, no seu entendimento, poderão agravar futuramente os problemas de execução das obras públicas. Concluiu reiterando que não se sentiu ofendido pelas críticas dirigidas à sua atuação política,

uma vez que considera a crítica e o escrutínio parte integrante da vida democrática. Todavia, afirmou sentir-se particularmente incomodado quando entende que são colocados em causa o empenho, a dedicação e o profissionalismo dos trabalhadores da Junta de Freguesia, das empresas contratadas e dos diversos parceiros que colaboram diariamente na prestação de serviços à população, considerando que esses contributos merecem reconhecimento e respeito institucional. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia tomou a palavra para assinalar que o período antes da ordem do dia já se prolongava há cerca de duas horas e vinte minutos, observando que ainda se encontravam por apreciar diversos pontos constantes da ordem de trabalhos, incluindo matérias sujeitas a discussão e votação. Acrescentou que, caso se tratasse efetivamente de uma defesa da honra, concederia a palavra ao membro que a solicitara. De seguida, um membro da bancada do PSD pediu a palavra, iniciando a sua intervenção. Todavia, o Senhor Presidente da Mesa interrompeu-o, por considerar que o conteúdo da mesma não correspondia a uma defesa da honra, mas sim a uma nova intervenção política. O membro da bancada do PSD argumentou que, atendendo ao tempo disponibilizado ao Senhor Presidente da Junta para responder às intervenções, deveria existir alguma flexibilidade para permitir aos eleitos exercer igualmente o seu direito de resposta. Acrescentou que seria uma intervenção breve. Prosseguindo, começou por felicitar o Senhor Presidente da Junta pela sua eleição para funções de coordenação na Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), procurando estabelecer uma ligação com as matérias anteriormente debatidas. Perante esse enquadramento, o Senhor Presidente da Mesa voltou a interromper a intervenção, reiterando que não estavam reunidos os pressupostos de uma defesa da honra. Esclareceu que a figura regimental invocada pressupõe a resposta a uma ofensa ou consideração lesiva da honra ou consideração do interveniente, não podendo ser utilizada para desenvolver novas intervenções ou introduzir novos temas no debate. Acrescentou que, caso o membro pretendesse efetuar uma nova intervenção, poderia fazê-lo posteriormente, caso viesse a ser deliberada pela Assembleia a abertura de um período pós-ordem do dia. Ainda assim, o membro da bancada do PSD referiu que pretendia responder a considerações efetuadas anteriormente sobre a atuação dos eleitos do PSD e sobre o funcionamento da Câmara Municipal. Manifestou discordância relativamente à caracterização dos serviços municipais como uma "máquina avariada", sustentando que, na sua opinião, o problema residia antes na falta de funcionamento adequado dessa estrutura administrativa.

Concluída essa breve observação, o Senhor Presidente da Mesa encerrou o incidente e

questionou os restantes membros da Assembleia sobre a existência de mais intervenções no período antes da ordem do dia. Por fim, informou que, terminada essa fase dos trabalhos, colocaria à consideração da Assembleia a eventual abertura de um período pós-ordem do dia, caso existisse interesse dos membros presentes em efetuar novas intervenções. ----------

O Senhor Presidente da Mesa informou que, após a votação do voto de louvor previamente distribuído aos membros da Assembleia, seria dado por encerrado o período antes da ordem do dia. Referiu que o documento já era do conhecimento de todos os membros da Assembleia e questionou se algum dos presentes pretendia intervir sobre o respetivo conteúdo. Não se tendo registado pedidos de intervenção, considerou que a Assembleia se encontrava devidamente esclarecida sobre a matéria e colocou o voto de louvor à votação. Procedeu-se à votação, não se registando votos contra nem abstenções. O voto de louvor foi aprovado por unanimidade. --

Concluída a votação, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrado o período antes da ordem do dia, dando início à apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos. --------

Ordem do Dia

1. Discussão e aprovação da Ata da reunião anterior

Entrando na ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa deu início à apreciação do primeiro ponto, relativo à discussão e aprovação da ata da reunião anterior. ----------

Questionou os membros da Assembleia sobre a existência de observações, propostas de alteração, correções ou esclarecimentos relativamente ao conteúdo da ata. Não se registando quaisquer intervenções ou pedidos de alteração, considerou que a Assembleia se encontrava esclarecida sobre a matéria e colocou a ata à votação. Procedeu-se à votação, tendo a ata da reunião anterior sido aprovada por unanimidade dos membros presentes. ----------

2. Apreciação e votação da Conta de Gerência do ano de 2025

Prosseguindo a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa introduziu o segundo ponto, relativo à apreciação e votação das Contas de Gerência referentes ao exercício de 2025, questionando os membros da Assembleia sobre a existência de intervenções relativamente ao assunto. ----------

Tendo sido solicitada a palavra, o Senhor Presidente da Mesa concedeu-a ao representante da bancada do PSD, Bruno Abreu. O membro da bancada do PSD, no âmbito da apreciação do Relatório e Contas de 2025, referiu que o documento descreve o desempenho da Junta de Freguesia ao nível da execução orçamental e das demonstrações financeiras relativas ao exercício em análise. Relativamente à execução da receita, destacou que esta atingiu

aproximadamente 99% do valor orçamentado, verificando-se uma diferença residual de cerca de 18.000 euros face ao previsto. Referiu que essa diferença resulta essencialmente de receitas associadas aos serviços prestados nos cemitérios, nomeadamente exumações, transladações e outros serviços, cuja cobrança ficou cerca de 17.000 euros abaixo do valor inicialmente estimado. Considerou que esta situação poderá justificar uma reflexão futura sobre os critérios de orçamentação dessa rubrica específica, salientando, contudo, que a execução global da receita foi praticamente integral. Quanto à despesa, observou que ficou por executar um montante aproximado de 75.000 euros. Referiu, porém, que essa diferença se relaciona maioritariamente com despesas de pessoal, no valor de cerca de 17.000 euros, e despesas de capital, na ordem dos 52.000 euros, correspondendo em larga medida a compromissos assumidos durante o exercício de 2025 e cuja liquidação transitou para o ano seguinte. Analisando o saldo de gerência, indicou que o mesmo ascende a cerca de 185.000 euros, valor que considerou significativo. Contudo, assinalou que aproximadamente 180.000 euros desse montante resultam de saldos transitados de exercícios anteriores, correspondendo apenas cerca de 5.000 euros ao resultado gerado no exercício de 2025. No que respeita às demonstrações financeiras, destacou que tanto o EBITDA como o resultado líquido apresentam valores positivos, situando-se aproximadamente nos 115.000 euros e 71.000 euros, respetivamente. Salientou, no entanto, que durante o exercício anterior foi concretizada a alienação de um terreno, operação que gerou uma receita extraordinária na ordem dos 192.000 euros. Considerou tratar-se de um rendimento não recorrente, cuja repetição não é expectável em exercícios futuros. Neste contexto, manifestou preocupação relativamente à evolução da despesa corrente, observando que uma parte substancial daquela receita extraordinária foi absorvida pela despesa realizada. Na parte final da sua intervenção, solicitou esclarecimentos ao Senhor Presidente da Junta relativamente às rubricas de ativo fixo tangível e propriedades de investimento. Referiu que as demonstrações financeiras apresentam um valor agregado próximo dos 3,4 milhões de euros, enquanto o mapa patrimonial que discrimina os ativos da Junta de Freguesia, constante da documentação de suporte e a apreciar em pontos posteriores da ordem de trabalhos, indica um valor aproximado de 3,6 milhões de euros. Face a esta diferença, estimada em cerca de 200.000 euros, questionou se o mapa patrimonial inclui bens que não integram efetivamente o património da Junta ou se, em alternativa, as demonstrações financeiras não refletem a totalidade dos ativos existentes, solicitando esclarecimentos sobre essa discrepância. Por último, formulou um pedido relacionado com a disponibilização da

documentação de suporte às contas, designadamente inventários, planos plurianuais e restantes mapas complementares. Considerou que a disponibilização desses documentos apenas em formato PDF, e em alguns casos através de digitalizações, dificulta significativamente a análise técnica e financeira por parte dos membros da Assembleia. Nesse sentido, sugeriu que, futuramente, os mapas de suporte fossem igualmente disponibilizados em formato editável, nomeadamente Excel, permitindo um tratamento mais eficaz da informação e facilitando uma análise mais detalhada dos documentos submetidos à apreciação da Assembleia, sem prejuízo da manutenção das versões oficiais em formato PDF para efeitos formais e de assinatura. -------

Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra à representante do Partido Socialista, Fernanda Moreira, cuja intervenção fica anexada à presente ata como anexo **número três,** fazendo parte integrante da mesma. ----------

O Senhor Presidente da Junta retomou a palavra para responder às intervenções apresentadas no âmbito da apreciação das Contas de Gerência de 2025, dirigindo-se em particular aos esclarecimentos solicitados pelo membro da bancada do PSD. Iniciou a sua intervenção referindo, em tom de consideração pessoal, que aprecia o debate técnico sobre as matérias financeiras, sublinhando que já desempenhou funções de tesoureiro e que tais temas lhe são particularmente próximos. Relativamente às questões de natureza contabilística e orçamental, esclareceu que, nos termos do SNC-AP, não é possível utilizar receitas extraordinárias para financiar despesa corrente. Explicou que as diferenças verificadas entre valores orçamentados e executados resultam essencialmente de operações de fim de exercício, nomeadamente descontos relativos a vencimentos e contribuições para a Segurança Social do mês de dezembro, bem como faturas emitidas no final do ano económico, cujo pagamento ocorre no exercício seguinte, embora já se encontrem cabimentadas e comprometidas no ano em análise. Acrescentou que estas situações decorrem dos procedimentos normais de cabimentação, compromisso, faturação e pagamento previstos na legislação aplicável à contratação pública.

No que respeita à execução orçamental global, referiu que a mesma reflete o rigor da gestão financeira da Junta de Freguesia, salientando que o saldo acumulado varia em função dos níveis de investimento realizados em cada exercício. Indicou que o ano em análise foi marcado por um volume significativo de investimento, nomeadamente na melhoria do espaço público, aquisição de maquinaria, equipamentos e viaturas, com vista à modernização dos serviços operacionais, considerando tais despesas como investimento estruturante para a freguesia. Quanto à evolução das receitas e transferências do Estado, manifestou concordância com a necessidade

de reforço do financiamento das freguesias, referindo que o aumento aplicado ao Fundo de Financiamento das Freguesias foi de 2,54%, valor que considerou insuficiente face ao aumento das despesas, nomeadamente as relacionadas com recursos humanos, que têm vindo a crescer a uma média anual superior. Sublinhou que este desfasamento entre o crescimento das receitas e o aumento das despesas compromete a capacidade de resposta das freguesias, defendendo a necessidade de uma revisão da Lei das Finanças Locais e dos acordos de transferência de competências, de forma a garantir maior adequação dos recursos às responsabilidades atribuídas. Acrescentou que esta preocupação é partilhada pelos presidentes de junta do concelho e por diversas entidades representativas do poder local, nomeadamente a Associação Nacional de Freguesias, defendendo a realização de uma pressão institucional conjunta junto do Governo e da Administração Central para a revisão do modelo de financiamento. Comparou ainda o papel das freguesias ao de entidades de primeira linha de resposta, referindo que estas se encontram mais próximas das populações e são frequentemente chamadas a responder a necessidades imediatas, independentemente da suficiência dos meios financeiros disponíveis.

No que respeita à questão do mapa de ativos e à diferença de valores identificada na intervenção do PSD, o Senhor Presidente da Junta esclareceu que as demonstrações financeiras são elaboradas e certificadas por técnico oficial de contas, constituindo documentos de natureza contabilística externa devidamente validados. Indicou que a resposta técnica mais detalhada deverá ser prestada pelo prestador de serviços responsável pela contabilidade da Junta de Freguesia, o qual acompanha a autarquia há vários anos, inclusive em períodos anteriores ao atual executivo. Quanto à solicitação de disponibilização dos mapas em formato Excel, referiu que tal não é possível, uma vez que os documentos são gerados através da plataforma de gestão autárquica em formatos padronizados, sendo posteriormente integrados nos documentos oficiais aprovados em reunião de Executivo e sujeitos a assinatura e validação formal. Acrescentou que qualquer alteração ao formato original comprometeria a integridade e a validade formal dos documentos, razão pela qual os mesmos são disponibilizados nos formatos legalmente exigidos, nomeadamente em PDF. Por fim, reiterou que os documentos apresentados à Assembleia de Freguesia correspondem aos documentos oficiais aprovados pelo órgão executivo competente, não sendo possível a sua disponibilização em formatos editáveis distintos dos legalmente previstos. ----------

Interveio novamente o representante do PSD, Bruno Abreu, e referiu que o Senhor Presidente compreende claramente que um mapa em PDF digitalizado, destinado à análise da Assembleia,

é extremamente complexo de tratar e analisar. Considerou que uma melhoria significativa seria a disponibilização desses documentos em formato Excel, e não apenas em PDF. Salientou ainda que os documentos foram disponibilizados com pouca antecedência relativamente ao trabalho que exigem, não considerando admissível que a documentação seja apresentada nestes moldes. Entendeu tratar-se de uma falta de transparência para com a Assembleia, por não serem apresentados os valores de suporte num formato legível e de fácil análise. Relativamente ao ponto dos ativos, referiu compreender que os mesmos tenham sido certificados pelo Técnico Oficial de Contas. No entanto, observou que o mapa de ativos apresentado não cruza cerca de 200.000 euros com a contabilidade. Assim, embora admita que o documento tenha sido certificado, considera que a situação não estará correta, solicitando ao Senhor Presidente que faça chegar o esclarecimento sobre esta questão, aguardando resposta na próxima Assembleia. Quanto à questão da despesa da Junta de Freguesia, afirmou acreditar que a mesma possa atingir valores preocupantes e reconheceu que imposições externas à Junta de Freguesia poderão afetar o respetivo orçamento. Contudo, declarou não compreender que, sendo recorrentes as queixas do Senhor Presidente sobre a falta de meios financeiros da Junta de Freguesia e sobre as dificuldades decorrentes da transferência de competências, se pretenda exigir ao Governo a transferência dessas competências quando o Município não as transfere para a Junta de Freguesia e, simultaneamente, o Senhor Presidente vota favoravelmente o Orçamento Municipal. ----------

O Senhor Presidente da Junta respondeu que a questão em causa não se prende com a transferência de mais competências em si, mas sim com a necessidade de estas serem acompanhadas do respetivo enquadramento financeiro. Referiu que a Junta de Freguesia está disponível para receber mais competências, quer do Estado Central quer da Câmara Municipal, desde que estas sejam acompanhadas de um justo envelope financeiro. Salientou que todas as competências implicam custos e que a Junta de Freguesia, enquanto entidade pública responsável, tem de assumir os seus compromissos financeiros e proceder ao pagamento das despesas que deles resultam. Esclareceu que, na sua intervenção anterior, não se referia à atribuição de mais competências, mas antes à necessidade de uma atualização justa e proporcional do Fundo de Financiamento das Freguesias. Relativamente à forma de exigir à Câmara Municipal uma resposta a estas matérias, afirmou que tal é feito em todas as ocasiões de diálogo institucional existentes entre as juntas de freguesia do concelho e a Câmara Municipal de Valongo. Referiu que esta temática tem vindo a ser discutida regularmente com o

Município e que, por se entender que o assunto ainda não se encontrava suficientemente aprofundado, e atendendo à sua importância, bem como ao compromisso assumido pelo Senhor Presidente da Câmara em rever esta matéria, foi decidido adiar a sua apreciação. Acrescentou que existe o compromisso de realização de uma Assembleia Municipal extraordinária durante o mês de maio, bem como de Assembleias de Freguesia extraordinárias, com vista à discussão e eventual aprovação de uma adenda aos atuais autos de transferência de competências. Considerou, por isso, que a questão se encontrava devidamente esclarecida. Quanto à questão dos ativos, reconheceu tratar-se de uma matéria de natureza técnica, para a qual não possuía, naquele momento, elementos suficientes para responder. Informou, contudo, que solicitaria aos serviços competentes os esclarecimentos necessários, comprometendo-se a disponibilizar a informação com a maior brevidade possível e a promover a sua discussão pública na próxima Assembleia. Relativamente ao formato dos ficheiros disponibilizados aos membros da Assembleia, afirmou compreender a preocupação manifestada. Referiu que, tendo já exercido funções na oposição, procura sempre governar e tomar decisões tendo presente a importância da transparência e da prestação de contas. Sublinhou ser particularmente sensível à necessidade de reforçar continuamente os níveis de transparência da ação da Junta de Freguesia. Embora não pudesse garantir, naquele momento, quais as soluções técnicas disponíveis, assegurou que tudo faria para que a informação disponibilizada à Assembleia de Freguesia, dentro dos limites legalmente permitidos, fosse apresentada com a máxima clareza possível. Concluiu afirmando que tudo será feito para que os mapas e documentos facultados permitam uma análise exaustiva, detalhada e em boas condições de leitura por parte de todos os membros eleitos da Assembleia. ----------

O Senhor Presidente de Mesa agradeceu a intervenção e questionou a Assembleia sobre a existência de mais pedidos de intervenção relativamente ao ponto em discussão. Não se registando mais intervenções, colocou o ponto à votação. Perguntou quem votava contra e quem se abstinha. Após a contagem dos votos, declarou o ponto aprovado por maioria, com as abstenções dos Grupos do PSD e do Chega. ----------

3. Discussão e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2026

Aberta a discussão do ponto, o Senhor Presidente da Mesa questionou quem pretendia usar da palavra, concedendo-a ao representante do Grupo do PSD. ----------

No uso da palavra, o representante do Grupo do PSD, Bruno Abreu, referiu que pretendia obter

um esclarecimento relativamente à revisão orçamental apresentada. Indicou que a proposta prevê a utilização de 87.500 euros, de um total de 145.000 euros, na rubrica "Outros Investimentos", sendo esta a rubrica de maior valor contemplada na revisão. Considerando que a Assembleia não teve acesso à discriminação detalhada dessa verba, solicitou esclarecimentos sobre a forma como os referidos montantes serão aplicados. ----------

De seguida, usou da palavra, a representante da Iniciativa Liberal referindo que, relativamente à primeira revisão orçamental, gostaria de se pronunciar sobre o reforço de cerca de 40.000 euros destinado à aquisição de viaturas. Esclareceu que não colocava em causa a necessidade dessa aquisição, admitindo que a mesma possa ser plenamente justificada. Contudo, considerando tratar-se de um investimento relevante, solicitou esclarecimentos sobre o tipo de viaturas que se pretende adquirir, bem como sobre a finalidade concreta da sua utilização. Questionou igualmente qual o procedimento de contratação previsto para essa aquisição e procurou perceber se a mesma corresponde a uma necessidade identificada posteriormente à aprovação dos documentos previsionais, uma vez que tal investimento não se encontrava contemplado nas Grandes Opções do Plano para 2026. Por último, solicitou informação sobre quais são, neste momento, as principais prioridades de investimento da Junta de Freguesia para o ano de 2026 e de que forma essas prioridades se refletem nas opções constantes da presente revisão orçamental. ----------

Concluída a intervenção, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu os esclarecimentos solicitados e concedeu a palavra ao representante do Grupo Político do Partido Socialista, Juliana Silva, cuja intervenção fica anexada à presente ata como anexo **número quatro,** fazendo parte integrante da mesma. ----------

O Senhor Presidente da Junta solicitou autorização para passar a palavra ao Senhor Vogal do Executivo, Bruno Ascensão, a fim de responder às questões colocadas pelos representantes do Partido Social Democrata e da Iniciativa Liberal. Obtida a concordância da Mesa, o Vogal Tesoureiro, Bruno Ascensão, tomou a palavra, cumprimentando os presentes e referindo que procuraria ser breve, atendendo à hora adiantada. Relativamente ao reforço da verba de 87.500 euros inscrita na revisão orçamental, esclareceu que uma parte significativa desse montante se destina à instalação de um sistema de ar condicionado no edifício da Junta de Freguesia. Informou que, de acordo com consultas preliminares ao mercado, o investimento poderá situar-se entre 25.000 e 30.000 euros. Explicou que o atual sistema de climatização se encontra bastante degradado e que a substituição integral da unidade existente representaria um

encargo na ordem dos 50.000 euros, de acordo com o orçamento apresentado pela empresa responsável pela sua instalação. Nesse sentido, a solução de ar condicionado surge como uma alternativa mais adequada e economicamente sustentável. Acrescentou que a Junta se encontra também a planear a substituição das telas e revestimentos da cobertura do edifício, intervenção que considera necessária para a preservação das instalações. Referiu ainda a intenção de avançar com a instalação de um sistema fotovoltaico, caso não surja nenhum aviso de financiamento que enquadre esse investimento. Justificou esta opção com a necessidade de reduzir os custos operacionais da Junta de Freguesia, salientando que a capacidade de aumentar a receita é limitada, pelo que importa criar mecanismos de poupança interna que permitam libertar recursos para outras necessidades. Nesse contexto, mencionou a necessidade de acomodar futuros aumentos salariais e de assegurar a realização de intervenções consideradas prioritárias, nomeadamente nos cemitérios da freguesia. Reconheceu que a verba atualmente inscrita para esse efeito é reduzida e poderá revelar-se insuficiente, mas salientou que a margem financeira agora criada permitirá reforçar esse investimento caso tal venha a revelar-se necessário. Quanto à aquisição de viaturas, esclareceu que a Junta tem vindo a proceder, de forma gradual e dentro das suas possibilidades financeiras, à renovação da frota automóvel. Explicou que algumas das viaturas atualmente em utilização foram transferidas pela Câmara Municipal e apresentam um estado de conservação bastante degradado. Referiu que o objetivo é continuar a substituição progressiva dessas viaturas, procurando conciliar a contenção da despesa com a necessidade de garantir meios operacionais adequados para as equipas que desenvolvem trabalho no exterior. Acrescentou que uma viatura nova equipada com caixa basculante e capacidade adequada às necessidades dos serviços poderá representar um investimento na ordem dos 60.000 euros. Concluiu considerando que as questões colocadas pelos membros da Assembleia se encontravam respondidas, colocando-se à disposição para prestar esclarecimentos adicionais. O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu os esclarecimentos prestados e questionou a Assembleia sobre a existência de mais intervenções relativamente ao ponto em discussão. ----------

Tomou novamente a palavra membro da Assembleia, Bruno Abreu, referindo-se à verba de 2.500 euros destinada a obras nos cemitérios, considerando-a manifestamente insuficiente para as necessidades identificadas. Acrescentou que, relativamente ao saldo de gerência, verificou que o mesmo ascende a cerca de 185.000 euros, enquanto a alteração orçamental em apreciação contempla apenas aproximadamente 145.000 euros. Nesse sentido, questionou se a

não incorporação da totalidade do saldo foi uma opção deliberada e se o montante remanescente poderia vir a ser afeto a intervenções nos cemitérios. Em resposta, o Vogal Tesoureiro esclareceu que já se encontra prevista uma verba de 34.403 euros destinada à substituição das telas e revestimentos do edifício da Junta, intervenção que já havia sido objeto de deliberação anterior e para a qual se pretende assegurar disponibilidade financeira suficiente. Referiu que, embora as estimativas atualmente disponíveis apontem para um custo inferior, a Junta optou por prever uma margem orçamental adicional, considerando a possibilidade de aumento dos preços e a necessidade de garantir a execução da obra sem constrangimentos financeiros. Informou ainda que os próprios serviços da Junta já iniciaram os trabalhos preparatórios, nomeadamente a desmontagem de algumas estruturas existentes, permitindo reduzir significativamente os custos da intervenção. Salientou que a execução destes trabalhos pelos serviços internos representa uma poupança relevante para a autarquia, uma vez que a contratação externa dessas tarefas implicaria encargos adicionais consideráveis. Relativamente à aquisição de viaturas, reiterou que a prioridade da Junta passa por assegurar primeiro as intervenções consideradas mais urgentes, nomeadamente no edifício sede e nos cemitérios. Referiu que, apesar da necessidade de renovação da frota automóvel, a estratégia passa por procurar soluções equilibradas e financeiramente sustentáveis, incluindo a eventual aquisição de viaturas usadas em boas condições, adequadas às necessidades operacionais dos serviços. Seguidamente, o Senhor Presidente da Junta complementou os esclarecimentos prestados, explicando que a totalidade do saldo de gerência não foi incorporada na revisão orçamental por razões de prudência e boa gestão financeira. Referiu que o montante não integrado constitui uma reserva financeira destinada a fazer face a eventuais imprevistos que possam surgir ao longo do exercício. Acrescentou que, caso venha a revelar-se necessário utilizar essa verba, poderá ser apresentada posteriormente uma nova revisão orçamental para o efeito. Sublinhou que a gestão da Junta assenta em critérios de responsabilidade e prudência financeira, considerando importante manter uma margem de segurança que permita responder a necessidades inesperadas sem comprometer a estabilidade financeira da autarquia. Concluídos os esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia questionou se existiam mais intervenções ou pedidos de esclarecimento relativamente ao ponto em discussão. Não se registando mais intervenções, colocou a proposta à votação. Perguntou quem votava contra e quem se abstinha. Após a contagem dos votos, declarou a proposta aprovada por maioria, sem votos contra e com as abstenções dos Grupos Políticos do PSD e do Chega. Antes do início da

apreciação do novo ponto, foi solicitada a palavra para apresentação de uma declaração de voto. No uso da palavra para declaração de voto, o representante do Grupo Político do Partido Social Democrata (PSD), Carlos Mourão, informou que o sentido de voto do grupo foi a abstenção. --- Esclareceu que esta posição foi assumida por entenderem que, nas circunstâncias em apreciação, a abstenção permite viabilizar a aprovação da proposta e o regular desenvolvimento dos trabalhos, sem que tal represente concordância ou identificação com o orçamento apresentado e com a respetiva primeira revisão. Referiu ainda que se trata da revisão de um orçamento cuja elaboração não é da responsabilidade do atual Grupo Político do PSD e que não traduz as suas opções de gestão nem a sua orientação política. Assim, afirmou que a abstenção constitui uma posição de sentido institucional, permitindo o normal funcionamento do processo deliberativo, mas salvaguardando as reservas do Grupo relativamente ao conteúdo e às opções políticas subjacentes ao documento orçamental em apreciação. ----------

4. Deliberação sobre a alteração ao Mapa de Pessoal

Concluída a apresentação da declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia questionou os membros presentes sobre a existência de intervenções relativamente ao ponto em apreciação. Não se registando pedidos de intervenção por parte dos membros da Assembleia, o Senhor Presidente colocou a proposta à votação. Não se registando votos contra nem abstenções, declarou a proposta aprovada por unanimidade. ----------

5. Apreciação das alterações ao Inventário de Bens desta Junta de Freguesia

No âmbito da apreciação do ponto em discussão, o membro representante do PSD, Bruno Abreu, referiu que, para além da questão anteriormente suscitada relativa ao mapa de ativos e à sua articulação com as contas, existia outra situação que gostaria de ver esclarecida. Indicou que o mapa de ativos disponibilizado à Assembleia inclui cerca de 78.000 euros correspondentes a artigos sem qualquer descrição identificativa. Referiu, a título de exemplo, uma aquisição no valor aproximado de 32.000 euros à empresa Silverespiral e outra no valor de cerca de 16.000 euros à empresa Borges & Neves, bem como diversos outros registos sem descrição, que no seu conjunto perfazem aproximadamente o referido montante. Questionou, por isso, a que correspondem concretamente essas rubricas constantes do inventário, manifestando disponibilidade para indicar os números das linhas em causa, caso tal se revelasse necessário. - Em resposta, o Senhor Presidente da Junta agradeceu a questão colocada e recordou que, quando o atual executivo iniciou funções, em 2017, não existia um inventário devidamente organizado e atualizado do património da Junta de Freguesia. Referiu que os serviços de

planeamento e gestão têm vindo a desenvolver um trabalho contínuo e exaustivo de identificação e regularização patrimonial, procurando associar corretamente os bens existentes aos respetivos registos contabilísticos e inventariais. Acrescentou que uma grande parte dos bens já se encontra totalmente depreciada, mas que o inventário constitui um documento dinâmico, sujeito a atualização permanente. ----------

Relativamente à rubrica associada à empresa Silverespiral, esclareceu que a mesma corresponde à aquisição de uma viatura equipada com plataforma elevatória, utilizada pelos serviços da Junta nos trabalhos de poda e manutenção do arvoredo. Quanto à rubrica associada à empresa Borges & Neves Construções, informou que a mesma se relaciona com a construção de ossários nos dois cemitérios da freguesia. Acrescentou que existem outras referências ao mesmo fornecedor no inventário e que a ausência de descrição detalhada resulta apenas de uma insuficiência no preenchimento do campo descritivo, não existindo dúvidas quanto à natureza do investimento realizado. Concluiu esclarecendo que os valores em causa correspondem efetivamente a obras e equipamentos devidamente identificados, apesar das falhas verificadas na descrição constante do inventário. ----------

De seguida, fez uso da palavra a representante do Grupo Político da Iniciativa Liberal, Ana Alexandra Pinto, dizendo que, relativamente ao Inventário de 2025, importa reconhecer o esforço realizado na atualização e organização do património da Junta de Freguesia, atendendo à sua dimensão e complexidade. Contudo, referiu que da análise efetuada ao documento resultaram algumas dúvidas. Indicou, a título de exemplo, a existência no inventário de um equipamento identificado como CASAL – 2 TUCHER, registado com um valor residual simbólico e adquirido há mais de duas décadas, situação que evidencia tratar-se de um bem já totalmente amortizado do ponto de vista contabilístico. Acrescentou ainda que o inventário inclui diversos equipamentos informáticos, nomeadamente computadores e monitores, cujas datas de aquisição remontam, em alguns casos, a cerca de 2008. Considerando que este tipo de equipamentos possui normalmente um ciclo de vida relativamente curto, manifestou dúvidas quanto à sua operacionalidade atual. Referiu que o relatório permite identificar os bens existentes, mas não fornece informação sobre o respetivo estado de conservação, operacionalidade ou utilização efetiva. Nesse sentido, questionou se os equipamentos em causa continuam em funcionamento, se se encontram operacionais e se existe um plano estruturado para a sua substituição a curto ou médio prazo. Questionou igualmente se é realizada alguma verificação periódica do património inventariado, de forma a assegurar que o inventário reflete

com rigor os bens efetivamente existentes, bem como as necessidades futuras de renovação e substituição. Concluiu considerando importante que esta informação possa vir a ser trabalhada e apresentada de forma mais detalhada numa futura reunião da Assembleia, permitindo uma avaliação mais completa do estado do património da Junta da Freguesia e das respetivas necessidades de investimento e renovação. ----------

O Senhor Presidente da Junta esclareceu que a questão relativa à renovação do parque informático já se encontra parcialmente refletida na primeira revisão orçamental anteriormente aprovada, designadamente através da rubrica destinada a software e equipamento informático, para a qual foi prevista uma dotação de 5.000 euros. Referiu que essa verba se destina precisamente à substituição de parte dos equipamentos informáticos que se encontram atualmente obsoletos. Esclareceu ainda que a permanência de determinados equipamentos no inventário significa que os mesmos ainda não foram formalmente abatidos. Nesses casos, os bens poderão continuar em utilização ou aguardar os procedimentos administrativos necessários para o respetivo abate patrimonial. Relativamente à atualização do inventário, explicou que se trata de um trabalho contínuo e permanente, desenvolvido pelos funcionários afetos à área de Planeamento e Gestão. Salientou que este é um processo particularmente exigente e recordou que, quando foi elaborado o primeiro inventário devidamente estruturado, em 2019, a Junta de Freguesia não dispunha de um inventário patrimonial completo e atualizado. Referiu que a elaboração desse documento exigiu um esforço significativo dos serviços, que procederam à identificação e catalogação individual dos bens existentes, num trabalho minucioso de verificação e regularização patrimonial. Acrescentou que o número de registos inicialmente existente era substancialmente superior ao atualmente constante do inventário, tendo sido realizado ao longo dos últimos anos um processo contínuo de atualização, correção e organização da informação patrimonial da Junta de Freguesia. Concluiu salientando que este trabalho continua a ser desenvolvido de forma permanente pelos serviços competentes, com o objetivo de assegurar que o inventário reflita, com o maior rigor possível, a realidade patrimonial da autarquia. E sem querer responder à questão anteriormente colocada acerca dos ativos, que no seu entender deve ser respondida pelo técnico oficial de contas, referiu que, quando um terreno é vendido o valor dos ativos diminui, pois, o valor passa para saldo. ----------

Tomou novamente, o membro eleito pelo PSD, Bruno Abreu, dizendo que não põe em causa o trabalho dos serviços da junta, percebe que a listagem foi um trabalho realizado durante um

Executivo do Partido Socialista. Quanto à resposta relativa aos ativos, indicou que o que o Presidente da Junta disse não faz sentido, uma vez que o terreno vendido ao sair do mapa de ativos deveria também sair da contabilidade, ficando a diferença saldada, o que não se verifica.

6. Apreciação do relatório de Atividades da Junta

O Senhor Presidente de mesa da Assembleia, prosseguiu a ordem de trabalho, questionando se algum elemento pretendia intervir relativamente ao ponto em apreciação. Não existindo intervenções, colocou em votação a minuta das deliberações tomadas na sessão. Não existindo votos contra, nem abstenções, foi aprovada por unanimidade. ----------

Não havendo mais nada a discutir o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, desejando a continuação de uma boa noite a todos os presentes. ----------

O Presidente: _____

O Primeiro secretário: _____

O Segundo Secretário: Gabriel Pinto

1º

Voto de Louvor

Anexo nº 1

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia;
Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia;
Exmas. e Exmos. Vogais do Executivo;
Exmas. e Exmos. Membros da Assembleia de Freguesia;
Cara(s) funcionária(s) que nos dão apoio na realização desta Assembleia;
Exmo. Público aqui presente e que nos acompanha pelas redes sociais;
Órgãos de Comunicação Social;
Minhas Senhoras e Meus Senhores;

A Assembleia de Freguesia de Ermesinde vem, pelo presente, manifestar o seu público reconhecimento e apreço ao Agrupamento 7 de Ermesinde, do Corpo Nacional de Escutas, pela celebração do seu centenário, comemorado no passado dia 14 de março.

Ao longo de 100 anos de existência, o Agrupamento 7 tem desempenhado um papel de inegável relevância na formação de gerações de jovens, promovendo valores fundamentais como a solidariedade, o respeito pelo próximo, o sentido de responsabilidade, o espírito de entreajuda, a vida ao ar livre e o compromisso com a comunidade.

Através de uma ação educativa contínua, assente nos princípios do Escutismo, este Agrupamento tem contribuído, de forma exemplar, para o desenvolvimento cívico, social e humano dos seus membros, preparando cidadãos mais conscientes, ativos e comprometidos com o bem comum.

Para além do seu impacto junto da juventude, é igualmente de destacar o envolvimento ativo do Agrupamento 7 na vida comunitária de Ermesinde, participando e dinamizando iniciativas de caráter social, ambiental e cultural, sempre com elevado espírito de serviço.

Assim, no momento em que assinala 100 anos de história, dedicação e serviço, a Assembleia de Freguesia de Ermesinde delibera:

- Aprovar um Voto de Louvor ao Agrupamento 7 de Ermesinde, do Corpo Nacional de Escutas, pelo seu centenário e pelo seu meritório contributo ao longo de um século;

- Expressar o seu reconhecimento a todos os dirigentes, escuteiros e respetivas famílias que, ao longo destes 100 anos, têm mantido viva esta missão;

- Determinar que este Voto de Louvor seja dado a conhecer publicamente e comunicado ao Agrupamento 7.

Ermesinde, 29 de abril de 2026

A Assembleia de Freguesia

Nome e Grupo político

Anexo 2

INTERVENÇÃO – A.F. ERMESINDE - 29 ABRIL 2026

Muita boa noite a todos,

Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e os restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, Miguel Oliveira, e os restantes membros do Executivo, os Senhores Deputados da Assembleia de Freguesia, o público presente e todos os que nos acompanham a partir de casa, os funcionários da Junta de Ermesinde e os órgãos de comunicação social.

Trago hoje a esta Assembleia uma matéria que, embora não seja da competência direta da Junta de Freguesia, considero ser da maior relevância do ponto de vista da segurança coletiva e da preparação do território para situações de emergência.

Refiro-me ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do concelho de Valongo.

No seguimento dessa preocupação, tomei a iniciativa de intervir na Assembleia Municipal, no período destinado ao público, onde levantei várias questões sobre o estado atual deste plano.

Na altura, essas questões não obtiveram resposta. No entanto, após insistência, veio posteriormente a ser enviada uma resposta por e-mail por parte da Câmara Municipal.

Importa também referir que, ao longo deste processo, procurei obter esclarecimentos formais junto do Município e do Serviço Municipal de Proteção Civil, o que reforça que esta intervenção resulta de um acompanhamento continuado e responsável desta matéria.

É precisamente essa resposta, juntamente com o relatório que entretanto elaborei com base nos documentos públicos disponíveis, que hoje apresento como anexo a esta intervenção.

Da análise efetuada, e da própria resposta da Câmara Municipal, resultam alguns pontos que considero importantes destacar.

Em primeiro lugar, é confirmado que o plano atualmente em vigor data de 2014 e que ainda não existe uma revisão formal aprovada, encontrando-se neste momento em fase de revisão.

Em segundo lugar, é também reconhecido que determinados elementos operacionais essenciais, como a identificação de pontos de encontro por freguesia, ainda não se encontram definidos na versão atual, estando previstos para integração futura.

Por outro lado, a informação existente apresenta uma forte componente técnica, mas com menor evidência de uma comunicação clara, acessível e dirigida ao cidadão comum, nomeadamente no que diz respeito a instruções práticas sobre o que fazer em caso de emergência.

E este é, para mim, o ponto central.

Porque a proteção civil não se mede apenas pela existência de um plano, mas pela sua atualização, coerência, acessibilidade e capacidade de preparar efetivamente o território e a população.

Porque podemos ter planos tecnicamente bem estruturados, mas se a população não souber como agir, onde se dirigir, ou a quem recorrer, então esse plano falha no seu objetivo mais essencial.

Importa também referir que, embora existam iniciativas de sensibilização, estas parecem estar muito concentradas no contexto escolar, não sendo evidente uma estratégia estruturada dirigida à população em geral, nomeadamente a pessoas mais vulneráveis.

Perante isto, e sem qualquer intenção de fazer um juízo técnico, mas apenas de contribuir para um acompanhamento responsável, entendo que esta é uma matéria que deve merecer a atenção de todos nós.

Quero, por isso, deixar aqui um apelo aos colegas das diferentes forças políticas representadas nesta Assembleia, para que acompanhem esta situação.

E dirigir também esse apelo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, enquanto nosso representante na Assembleia Municipal, no sentido de acompanhar este

processo e de, junto das entidades competentes, contribuir para que a revisão deste plano seja concluída com a urgência que a matéria exige.

Conto com todos vós para que este tema não caia no esquecimento e para que seja acompanhado com a atenção e a responsabilidade que exige.

Não é apenas uma questão de planeamento, mas de responsabilidade cívica e dever de diligência. É uma questão de vidas que podem ser salvas se houver informação clara e acessível para todos os valonguenses, pois a prevenção e a comunicação clara são a primeira linha de defesa de qualquer comunidade.

Ontem foram outros concelhos.
Amanhã poderemos ser nós.

Muito obrigada.

Alexandra Pinto,

Deputada da assembleia de freguesia de Ermesinde pela Iniciativa Liberal

RELATÓRIO

ANÁLISE DE CONFORMIDADE LEGAL DO

PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL MUNICÍPIO DE VALONGO

Documento de análise elaborado por Deputada da Assembleia de Freguesia de Ermesinde, com base na leitura de documentos públicos e resposta oficial da Câmara Municipal de Valongo.
O presente documento resulta de uma análise realizada no exercício das funções de eleita local, com base nos documentos públicos disponíveis e na resposta remetida pela Câmara Municipal. Não substitui uma avaliação técnica formal, mas pretende contribuir para a clarificação de aspetos que se consideram relevantes para a segurança da população.

1. ENQUADRAMENTO GERAL

1.1. Importância Legal e Operacional dos Planos Municipais de Proteção Civil

No âmbito das minhas funções como deputada da Assembleia de Freguesia de Ermesinde, procedi à análise dos documentos públicos disponíveis relativos ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Valongo, bem como da resposta remetida pela Câmara Municipal. Esta análise baseia-se na informação disponível publicamente, podendo existir elementos adicionais não considerados, pelo que os pontos abaixo devem ser entendidos como contributos para clarificação e eventual melhoria, e não como uma avaliação técnica formal.
Importa referir que vários dos aspetos identificados encontram correspondência na resposta oficial remetida pela Câmara Municipal, a qual confirma, designadamente, que o plano se encontra em fase de revisão e que determinados elementos operacionais, como pontos de encontro por freguesia, ainda não se encontram definidos na versão atual, estando previstos para integração futura.

1.2. Obrigatoriedade Legal e Hierarquia Normativa

O quadro normativo aplicável ao PMEPC de Valongo é o seguinte, por ordem hierárquica:

Diploma	Data	Objeto / Relevância para o PMEPC
Lei n.º 27/2006 — Lei de Bases da Proteção Civil (alt. pela Lei n.º 80/2015)	3 jul. 2006 3 ago. 2015	Estabelece os objetivos, domínios, princípios e direitos dos cidadãos em matéria de proteção civil; define obrigações de informação e formação pública; estabelece planos de emergência como instrumentos obrigatórios
Lei n.º 65/2007 — Organização dos Serviços Municipais (rep. pelo DL n.º 44/2019)	12 nov. 2007 1 abr. 2019	Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil municipal; estabelece as competências do serviço municipal de proteção civil; impõe obrigação de elaboração, atualização e execução do PMEPC
Resolução CNPC n.º 30/2015 — Critérios e Normas Técnicas	7 mai. 2015	Define a estrutura obrigatória, conteúdos mínimos, prazos de revisão (máx. 5 anos), procedimentos de consulta pública e aprovação dos PMEPC; revoga a Resolução n.º 25/2008
Decreto-Lei n.º 90-A/2022 — SIOPS	30 dez. 2022	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro; estabelece mecanismos de coordenação operacional que devem ser contemplados nos planos

1.3. Consequências Legais e Operacionais das Lacunas

A não conformidade de um PMEPC com o quadro legal vigente acarreta consequências a três níveis distintos:

- **Nível de segurança pública:**
  - Incapacidade de coordenação eficaz em situação de crise real, com risco de perda de vidas e bens;
  - Ausência de procedimentos claros de evacuação, concentração e apoio à população;
  - Desconhecimento pela população dos comportamentos de autoproteção e dos pontos de encontro.

- **Nível jurídico-administrativo:**
  - Incumprimento das obrigações impostas pelo artigo 50.º da Lei n.º 27/2006 e pelo artigo 3.º da Resolução n.º 30/2015;
  - Responsabilidade administrativa do município por violação de deveres legais;
  - Eventual imputação de responsabilidade civil em caso de sinistro onde a deficiência do plano contribua para danos.

- **Nível institucional:**
  - Comprometimento da articulação com a ANEPC e com os planos de âmbito supramunicipal;
  - Perda de coerência do sistema integrado de proteção civil do distrito do Porto.

2. Situações identificadas que merecem clarificação

O plano atualmente disponível data de 2014, não existindo revisão formal aprovada até à presente data. A própria Câmara Municipal confirma que o plano se encontra em fase de revisão, com conclusão da redação técnica prevista para abril de 2026.

2.1. NC 1 — Incumprimento do Prazo Legal de Revisão Periódica do Plano.

NC 1 — Incumprimento do prazo legal de revisão periódica

a) Descrição da Situação	O PMEPC de Valongo publicamente disponível foi elaborado em 2014. Em abril de 2026, o plano tem 12 anos sem revisão formal aprovada e publicada. A resposta da CM Valongo de março de 2026 confirma que «a redação técnica do novo Plano deverá estar concluída até ao final do corrente mês (abril [2026])», seguindo-se os trâmites de aprovação pela CMPC, ANEPC e Assembleia Municipal. Nenhuma versão revista foi publicada. O plano vigente foi elaborado ao abrigo da Resolução n.º 25/2008, entretanto revogada.
b) Base Legal Aplicável	Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio Entidade emissora: Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC) Diário da República, 2.ª Série, n.º 88, de 7 de maio de 2015
c) Artigo / Norma Específica	Artigo 9.º da Diretiva anexa à Resolução n.º 30/2015 — Revisão dos Planos
d) Transcrição do Artigo	**Artigo 9.º — Revisão** *«1. O PMEPC deve ser revisto no prazo máximo de cinco anos após a sua entrada em vigor, podendo ser fixado um prazo máximo de revisão inferior ao anteriormente mencionado, caso se justifique a introdução de medidas corretivas para aumentar a funcionalidade do PMEPC.* *2. Os ensinamentos adquiridos aquando da realização de exercícios ou de anteriores ativações do Plano, assim como as informações decorrentes de novos estudos ou relatórios de caráter técnico ou científico, nomeadamente no que concerne à perceção de novos riscos ou à identificação de novas vulnerabilidades na respetiva área territorial, devem ser tidos em consideração na sua revisão.»*
e) Interpretação	A norma é inequívoca: a revisão do PMEPC deve ocorrer num prazo máximo de 5 anos após a entrada em vigor do plano. Tendo o PMEPC de Valongo entrado em vigor em 2014, o prazo máximo de revisão expirou aproximadamente em 2019 — ou, ainda que se contasse o prazo a partir da entrada em vigor da Resolução n.º 30/2015 (2015), expiraria em 2020. Em ambos os casos, o incumprimento torna-se evidente à luz do prazo legal aplicável e tem já 5 a 6 anos de atraso. A conclusão da redação técnica em abril de 2026, seguida de aprovação formal, não sana retroativamente o incumprimento verificado.
g) Proposta de Resolução	• Concluir com urgência a elaboração do novo PMEPC e submeter aos trâmites legais previstos na Resolução n.º 30/2015 (parecer CMPC → validação ANEPC → aprovação Assembleia Municipal). • Divulgar publicamente o calendário de aprovação. • Implementar mecanismo de monitorização que garanta o cumprimento do prazo de revisão em futuras versões.

2.2. NC 2 — Ausência de Adequação à Resolução n.º 30/2015 e Estrutura Não Conforme

NC 2 — Plano elaborado sob norma técnica revogada; estrutura não conforme com a Res. n.º 30/2015

a) Descrição da Situação	O PMEPC de Valongo foi elaborado ao abrigo da Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho, que foi expressamente revogada pela Resolução n.º 30/2015. A Resolução n.º 30/2015 introduziu novos requisitos obrigatórios de estrutura, conteúdo, mecanismos de verificação de eficácia, consulta pública e articulação interinstitucional que o plano de 2014 não contempla. É de notar que a CM Valongo, na resposta de março de 2026, classificou a norma técnica sobre pontos de encontro por freguesia como «recente». Esta qualificação poderá não refletir integralmente o enquadramento temporal da norma, que se encontra em vigor desde 2015.
b) Base Legal Aplicável	Resolução CNPC n.º 30/2015, de 7 de maio Resolução CNPC n.º 25/2008, de 18 de julho (revogada) Lei n.º 27/2006, artigo 50.º — Planos de emergência de proteção civil
c) Artigo / Norma Específica	Artigo 50.º da Lei n.º 27/2006 + Artigos 1.º, 3.º, 6.º e 7.º da Resolução n.º 30/2015
d) Transcrição do Artigo	**Lei n.º 27/2006, Artigo 50.º — Planos de emergência de proteção civil (excerto)** *«1. Os planos de emergência de proteção civil visam estabelecer as orientações relativas ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil, e ainda as instruções e orientações dirigidas às organizações privadas e à população em geral. 2. Os planos de emergência de proteção civil são elaborados tendo em conta os diferentes tipos de risco, podendo ser gerais ou especiais e referir-se a todo o território ou a uma parte dele.»* **Resolução n.º 30/2015 — Ponto 2 da Diretiva (excerto sobre revogação)** *«A presente Resolução revoga a Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008 de 18 de julho — Diretiva para a elaboração de planos de emergência de proteção civil.»*
e) Interpretação	Desde maio de 2015, o único diploma válido para a elaboração e revisão de PMEPC é a Resolução n.º 30/2015. A estrutura obrigatória inclui: Parte I (enquadramento e componente operacional), Parte II (execução — conceito de operações, áreas de intervenção, gestão da informação pública), e Parte III (inventários e modelos). Todas estas componentes devem ser coerentes com os critérios técnicos da Resolução n.º 30/2015, que o plano de 2014 não pode, por definição, cumprir.
g) Proposta de Resolução	• O novo PMEPC a elaborar deve cumprir integralmente a estrutura tripartida da Resolução n.º 30/2015. • A Câmara deve solicitar orientação técnica à ANEPC durante o processo de elaboração. • Submeter a consulta pública (mínimo 30 dias) antes da aprovação final, conforme n.º 8 do artigo 7.º da Resolução n.º 30/2015.

2.3. NC 3 — Ausência de Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP) e Pontos de Encontro

NC 3 — Falta de definição, identificação e comunicação de ZCAP e pontos de encontro de emergência

a) Descrição da Situação

O PMEPC de Valongo não identifica Pontos de Encontro de Emergência (PE) nem Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP) — elementos operacionais fundamentais que orientam a população em situação de evacuação ou catástrofe. A CM Valongo confirma, na resposta de março de 2026, que «a identificação de pontos de encontro específicos por freguesia é uma norma técnica recente que será integrada na nova geração do PMEPC». Esta afirmação é tecnicamente imprecisa: a obrigação legal remonta à Resolução n.º 30/2015 (em vigor desde maio de 2015, há mais de 10 anos) e ao próprio artigo 4.º da Lei n.º 27/2006.

b) Base Legal Aplicável

Lei n.º 27/2006, artigo 4.º, n.º 2, alínea d) Lei n.º 65/2007 (rep. DL n.º 44/2019), artigo 3.º Resolução CNPC n.º 30/2015 — Componente operacional da Parte II

c) Artigo / Norma Específica

Lei n.º 27/2006, Art.º 4.º, n.º 2, al. d) + Resolução n.º 30/2015, Parte II — Conceito de operações (áreas de apoio à população)

d) Transcrição do Artigo

Lei n.º 27/2006, Artigo 4.º, n.º 2 — Domínios de atuação (excerto)

«2. A atividade de proteção civil exerce-se nos seguintes domínios: (…) d) Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações;»

Resolução n.º 30/2015 — Parte II da estrutura obrigatória do PMEPC

A Parte II dos PMEPC elaborados ao abrigo da Resolução n.º 30/2015 deve incluir obrigatoriamente a definição de Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP) e a identificação dos Pontos de Encontro, como parte do conceito de operações de suporte e apoio à população afetada. Estes elementos constituem parte integrante da componente de gestão da emergência e da informação pública ao cidadão.

e) Interpretação

Os Pontos de Encontro são locais seguros para onde a população se deve dirigir imediatamente após uma catástrofe, antes de ser encaminhada para as ZCAP — espaços de apoio logístico onde são prestados abrigo, alimentação e apoio psicossocial. A sua definição prévia é essencial para que a população saiba o que fazer sem depender de instrução em tempo real das autoridades — precisamente quando a capacidade de comunicação pode estar comprometida. A ausência desta componente anula a utilidade do plano para o cidadão comum.

g) Proposta de Resolução

- Incluir no novo PMEPC a identificação e cartografia dos Pontos de Encontro e ZCAP por freguesia, com critérios de segurança estrutural, capacidade e acessibilidade.
- Divulgar os Pontos de Encontro junto da população antes da aprovação formal do plano, através de mapas, folhetos e sinalética física nos locais.
- Realizar exercício de operacionalização das ZCAP após aprovação do plano.

2.4. NC 4 — Insuficiência da Componente de Informação Pública e Comunicação ao Cidadão

NC 4 — Ausência de componente estruturada de informação pública, comunicação preventiva e linguagem acessível ao cidadão

a) Descrição da Situação

O PMEPC de Valongo tem natureza técnica orientada para agentes e estruturas de proteção civil, não contemplando uma componente de comunicação pública estruturada, em linguagem acessível, dirigida ao cidadão comum. A CM Valongo, na resposta de março de 2026, refere avisos emitidos nos «canais digitais oficiais da autarquia» em situações de meteorologia adversa. Estas ações são reativas e pontuais, não constituindo uma estratégia de comunicação preventiva integrada no plano, como a lei exige.

b) Base Legal Aplicável

Lei n.º 27/2006, artigo 7.º — Informação e formação dos cidadãos Lei n.º 27/2006, artigo 5.º, alínea h) — Princípio da informação Lei n.º 65/2007 (rep. DL n.º 44/2019), artigo 3.º, alínea c)

c) Artigo / Norma Específica

Lei n.º 27/2006, Artigo 7.º — Informação e formação dos cidadãos

d) Transcrição do Artigo

Lei n.º 27/2006, Artigo 7.º — Informação e formação dos cidadãos

«1. Os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos em certas áreas do território e sobre as medidas adoptadas e a adoptar com vista a prevenir ou a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe. 2. A informação pública visa esclarecer as populações sobre a natureza e os fins da proteção civil, consciencializá-las das responsabilidades que recaem sobre cada instituição ou individuo e sensibilizá-las em matéria de autoproteção. 3. Os programas de ensino, nos seus diversos graus, devem incluir, na área de formação cívica, matérias de proteção civil e autoproteção, com a finalidade de difundir conhecimentos práticos e regras de comportamento a adotar no caso de acidente grave ou catástrofe.»

Lei n.º 27/2006, Artigo 5.º, al. h) — Princípio da informação

«h) O princípio da informação, que traduz o dever de assegurar a divulgação das informações relevantes em matéria de proteção civil, com vista à prossecução dos objetivos previstos no artigo 4.º»

e) Interpretação

O artigo 7.º da Lei de Bases confere ao cidadão um direito subjetivo à informação sobre os riscos do seu território e sobre as medidas preventivas. O princípio da informação (artigo 5.º, al. h)) impõe ao município o dever ativo de divulgação. Estas obrigações não se satisfazem com comunicados pontuais em redes sociais durante eventos de risco — exigem uma componente preventiva e permanente, integrada no PMEPC, que inclua: cartografia de riscos acessível ao público, fichas de autoproteção por cenário de risco, e informação sobre pontos de encontro.

g) Proposta de Resolução

- Incluir no novo PMEPC uma componente de comunicação pública com: fichas de autoproteção por cenário de risco (incêndio, inundação, sismo, etc.), guia do cidadão em emergência e mapa de riscos acessível ao público.
- Criar página dedicada no website municipal com toda a informação de proteção civil em linguagem clara e acessível, incluindo para grupos vulneráveis.
- Alargar os avisos à população para incluir informação preventiva sazonal (ex: antes da época de incêndios, antes da época de chuvas intensas).

2.5. NC 5 — Défice de Sensibilização e Preparação Estruturada da População Adulta

NC 5 — Ausência de programa estruturado de sensibilização e preparação da população — exclusividade no contexto escolar

a) Descrição da Situação	A CM Valongo refere, na sua resposta de março de 2026, um «projeto educativo» que realizou «mais de 330 sessões junto da comunidade escolar, abrangendo cerca de 7.000 alunos» no ano letivo em curso. Embora se trate de uma iniciativa positiva e digna de registo, a lei impõe obrigações de sensibilização que extravasam a comunidade escolar, abrangendo a população adulta em geral. Não existe evidência de um programa estruturado de sensibilização dirigido à população adulta, a grupos vulneráveis (idosos, pessoas com mobilidade reduzida) ou a setores profissionais específicos.
b) Base Legal Aplicável	Lei n.º 27/2006, artigo 4.º, n.º 2, al. c) e artigo 7.º Lei n.º 65/2007 (rep. DL n.º 44/2019), artigo 3.º, al. c) Resolução CNPC n.º 30/2015 — objetivos e conteúdo dos planos
c) Artigo / Norma Específica	Lei n.º 27/2006, Artigo 4.º, n.º 2, alínea c) + Lei n.º 65/2007, Artigo 3.º, alínea c)
d) Transcrição do Artigo	**Lei n.º 27/2006, Artigo 4.º, n.º 2, alínea c)** *«c) Informação e formação das populações, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades;»* **Lei n.º 65/2007, Artigo 3.º, alínea c) — Domínios de atuação do serviço municipal de proteção civil** *«c) Informação e formação das populações do município, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades;»*
e) Interpretação	A expressão «populações» utilizada em ambos os diplomas é abrangente e não se restringe ao universo escolar. A lei exige que o serviço municipal de proteção civil promova a sensibilização da comunidade em geral, incluindo adultos, idosos, populações de risco, trabalhadores de setores críticos e visitantes do município. A exclusividade do esforço de sensibilização no contexto escolar, embora valiosa, não cumpre o mandato legal na sua plenitude.
g) Proposta de Resolução	• Desenvolver programa anual de sensibilização dirigido à população adulta, com foco em grupos vulneráveis (idosos, pessoas com mobilidade reduzida, famílias monoparentais). • Promover exercícios de autoproteção nas Juntas de Freguesia, em associações locais e em espaços comunitários. • Criar e distribuir «kit de informação de emergência» em papel para as residências do município. • Articular com as Juntas de Freguesia e com entidades como a Cruz Vermelha Portuguesa para ampliar o alcance das ações de sensibilização.

2.6. NC 6 — Ausência de Operacionalização Territorial por Freguesia

NC 6 — Falta de procedimentos específicos por unidade territorial (freguesia) e ausência de articulação com o nível local

a) Descrição da Situação

O PMEPC de Valongo não contempla procedimentos operacionais específicos por freguesia, nem define as responsabilidades e papel das Juntas de Freguesia no sistema de resposta a emergência. A Resolução n.º 30/2015 exige que o PMEPC se articule com os diferentes níveis territoriais e que contemple mecanismos de operacionalização ao nível local. O município de Valongo é composto por diversas freguesias com características territoriais, populacionais e de risco distintas, o que exige uma abordagem diferenciada.

b) Base Legal Aplicável

Resolução CNPC n.º 30/2015, artigo 4.º — articulação com planos de outros níveis Lei n.º 65/2007 (rep. DL n.º 44/2019), artigo 16.º — competências das juntas de freguesia Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro — Regime Jurídico das Autarquias Locais

c) Artigo / Norma Específica

Resolução n.º 30/2015, Artigo 4.º — Articulação dos planos + Lei n.º 65/2007, Artigo 16.º

d) Transcrição do Artigo

Resolução n.º 30/2015, Artigo 4.º — Articulação dos planos de emergência (excerto)

«Para efeitos de harmonização de um plano de emergência de proteção civil em relação a outros, devem procurar-se as seguintes articulações: (...) articulação com os planos especiais e gerais da área respetiva e com os planos do nível territorial inferior, designadamente com os Planos Locais de Emergência das Juntas de Freguesia.»

Lei n.º 65/2007, Artigo 16.º — Colaboração das Juntas de Freguesia (excerto)

As Juntas de Freguesia colaboram com o Serviço Municipal de Proteção Civil na identificação e avaliação dos riscos, no apoio à prevenção e nas ações de sensibilização junto da população, bem como na realização de exercícios e na evacuação das populações, incluindo as com necessidades especiais.

e) Interpretação

A articulação com o nível local é um requisito estrutural dos PMEPC modernos. Cada freguesia tem características específicas de risco (ex: exposição a cheias, interface urbano-florestal, densidade populacional, presença de infraestruturas críticas) que devem ser consideradas no planeamento. A ausência de procedimentos por freguesia implica que, em situação de emergência, as Juntas de Freguesia não saberão qual o seu papel exato, quais os recursos disponíveis na sua área, nem como articular com o SMPC.

g) Proposta de Resolução

- Incluir no novo PMEPC anexos operacionais por freguesia, com identificação dos riscos específicos, meios disponíveis, pontos de encontro e ZCAP locais, e responsabilidades das Juntas de Freguesia.
- Promover a elaboração de Planos Locais de Emergência (PLE) pelas Juntas de Freguesia, articulados com o PMEPC.
- Criar um grupo de trabalho técnico permanente que inclua representantes das Juntas de Freguesia para manutenção e atualização contínua do plano.

2.7. NC 7 — Ausência de Registo Público de Exercícios, Simulacros e Avaliação de Eficácia

NC 7 — Ausência de exercícios de operacionalização documentados e de mecanismo de avaliação periódica da eficácia do plano

a) Descrição da Situação

A Resolução n.º 30/2015 exige que a revisão do plano integre os ensinamentos decorrentes de exercícios e simulacros, pressupondo a realização regular dessas atividades. Não existe evidência pública de exercícios de operacionalização do PMEPC de Valongo, nem de relatórios de avaliação de eficácia. A resposta da CM Valongo de março de 2026 não faz qualquer referência à realização de exercícios ou simulacros de proteção civil ao nível municipal (apenas menciona sessões de sensibilização em contexto escolar).

b) Base Legal Aplicável

Lei n.º 27/2006, artigo 4.º, n.º 2, al. d) Lei n.º 65/2007 (rep. DL n.º 44/2019), artigo 3.º — domínios de atuação municipal Resolução CNPC n.º 30/2015, artigo 9.º, n.º 2 — revisão

c) Artigo / Norma Específica

Resolução CNPC n.º 30/2015, Artigo 9.º, n.º 2

d) Transcrição do Artigo

Resolução n.º 30/2015, Artigo 9.º, n.º 2

«2. Os ensinamentos adquiridos aquando da realização de exercícios ou de anteriores ativações do Plano, assim como as informações decorrentes de novos estudos ou relatórios de caráter técnico ou científico, nomeadamente no que concerne à perceção de novos riscos ou à identificação de novas vulnerabilidades na respetiva área territorial, devem ser tidos em consideração na sua revisão.»

Lei n.º 65/2007 (rep. DL n.º 44/2019) — domínios do SMPC (excerto)

«O serviço municipal de proteção civil tem competência, entre outros domínios, no planeamento de soluções de emergência, incluindo a realização de simulacros, e no inventariamento dos recursos e meios disponíveis ao nível municipal.»

e) Interpretação Técnica

A realização de exercícios e simulacros não é uma mera boa prática — é o mecanismo de verificação da eficácia real do plano. Sem exercícios, os procedimentos previstos no PMEPC nunca são testados em condições controladas, o que significa que falhas e lacunas operacionais só serão descobertas em situação de emergência real, com consequências potencialmente graves. A Resolução n.º 30/2015 é explícita ao integrar os resultados dos exercícios no processo de revisão do plano, criando um ciclo de melhoria contínua.

g) Proposta de Resolução

- Programar, após a aprovação do novo PMEPC, a realização de pelo menos um exercício de âmbito municipal por ano, com participação dos agentes de proteção civil, Juntas de Freguesia e, sempre que possível, da população.
- Elaborar relatório de avaliação após cada exercício, incorporando os ensinamentos na manutenção e revisão do plano.
- Incluir no PMEPC um calendário de exercícios e simulacros e um registo histórico das ativações do plano.

3. RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

3.1. Prioridades de Intervenção Imediata (0–3 meses)

- **Concluir e submeter para aprovação o novo PMEPC, garantindo que inclui todos os elementos obrigatórios da Resolução n.º 30/2015 (estrutura tripartida, ZCAP, pontos de encontro, comunicação pública, articulação com juntas de freguesia).**
- Publicar o calendário de aprovação formal do novo PMEPC (CMPC → ANEPC → Assembleia Municipal) e manter a Assembleia Municipal informada sobre o estado do processo.

3.2. Prioridades de Curto Prazo (3–9 meses)

- Divulgar imediatamente, antes mesmo da aprovação do novo plano, informação básica de autoproteção e os pontos de encontro provisórios identificados, através dos canais digitais e de comunicação física do município.
- Realizar o primeiro exercício de operacionalização do novo PMEPC após a sua aprovação, envolvendo agentes de proteção civil, Juntas de Freguesia e, se possível, população.
- Lançar programa de sensibilização dirigido à população adulta, em parceria com as Juntas de Freguesia, associações locais e a Cruz Vermelha Portuguesa.
- Criar página dedicada no website municipal com informação de proteção civil acessível ao cidadão (fichas de risco, pontos de encontro, kit de emergência familiar, números de emergência).

3.3. Recomendações Estruturais de Médio e Longo Prazo

- Implementar um mecanismo formal de monitorização e revisão do PMEPC, com registo de exercícios e ativações, garantindo que o prazo máximo de revisão de 5 anos seja cumprido em futuras versões.
- Promover a elaboração de Planos Locais de Emergência pelas Juntas de Freguesia, articulados com o PMEPC, conforme a melhor prática nacional
- Assegurar a dotação orçamental adequada ao Serviço Municipal de Proteção Civil para suportar as obrigações legais identificadas, incluindo a realização regular de exercícios e programas de sensibilização.
- Considerar a integração de sistemas de alerta à população como complemento operacional ao PMEPC.

4. SÍNTESE

Os aspetos identificados sugerem a importância de acompanhar o processo de revisão do plano atualmente em curso, garantindo que este cumpre o enquadramento legal aplicável e responde de forma eficaz às necessidades da população.
Num cenário de emergência real, estes aspetos podem comprometer a eficácia da resposta municipal em cenário de emergência, caso não sejam atempadamente corrigidos.

É de justificar, reconhecer que a CM Valongo tem em curso a elaboração do novo PMEPC, com conclusão prevista da redação técnica para abril de 2026. Esta evolução positiva deve ser acompanhada com rigor pela Assembleia Municipal, assegurando que o novo plano cumpre integralmente todos os requisitos legais antes de ser submetido a aprovação.

A Assembleia Municipal de Valongo, enquanto órgão de fiscalização e deliberação, tem um papel fundamental no acompanhamento da conformidade do PMEPC. Recomenda-se:

- **Solicitar à Câmara Municipal um relatório periódico sobre o estado de aprovação e implementação do novo PMEPC e sobre as medidas de comunicação pública adotadas.**
- Requerer, após a aprovação do novo PMEPC, que o Presidente da Câmara apresente à Assembleia o plano e os seus elementos essenciais, nomeadamente os pontos de encontro e as ZCAP definidos.
- Assegurar que o orçamento municipal contempla dotações adequadas para o Serviço Municipal de Proteção Civil, incluindo para a realização de exercícios e programas de sensibilização.
- Acompanhar a tramitação da aprovação formal do plano e verificar a sua publicação em Diário da República, condição de entrada em vigor.

alexandra.m.pinto@hotmail.com

De:	Paulo Mota <
Enviado:	13 de abril de 2026 12:39
Para:	Alexandra Pinto
Cc:	Presidência – Câmara Municipal de Valongo
Assunto:	Re: Pedido de esclarecimentos escritos – Informação pública em caso de emergência
Sinal. de seguimento:	Flag for follow up
Estado do sinalizador:	Sinalizado

Exma. Senhora, Alexandra Pinto,

Reportando-me à vossa comunicação de 11 de março de 2026, e após consulta dos serviços técnicos do Serviço Municipal de Proteção Civil e Proteção da Floresta, cumpre-me informar o seguinte:

O Município mantém em curso o projeto educativo, iniciado no ano passado, tendo realizado, no presente ano letivo, mais de 330 sessões junto da comunidade escolar, abrangendo cerca de 7.000 alunos. No que se refere aos avisos à população, em resultado da meteorologia adversa (de tempestade ou perigo de incêndio) e comportamentos a adotar, são divulgados, sempre que se justifica, nos canais digitais oficiais da autarquia.

A identificação de pontos de encontro específicos por freguesia é uma norma técnica recente que será integrada na nova geração do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), não estando prevista nas versões anteriores.

A redação técnica do novo Plano deverá estar concluída até ao final do corrente mês (abril). Seguir-se-ão os trâmites legais de aprovação: parecer da Comissão Municipal de Proteção Civil, validação pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e, por fim, a respetiva votação em Assembleia Municipal.

Com os meus cordiais cumprimentos,

Paulo Mota
Adjunto
Gabinete de Apoio à Presidência
Câmara Municipal de Valongo
Av. 5 de Outubro, 160 | 4440-503 Valongo
T.: +351 telf: 224227900 | **Ext.:**
M.: +351 tlm: 967238292
E.:paulo.mota@cm-valongo.pt
www.cm-valongo.pt

Aviso Esta mensagem de correio eletrónico e qualquer dos seus ficheiros anexos, caso existam, são destinados apenas à(s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s), podendo conter informação confidencial, privilegiada, a qual não deverá ser divulgada, copiada, gravada ou distribuída nos termos da lei vigente. Se não é o destinatário da mensagem, ou se ela lhe foi enviada por engano, agradecemos que não faça uso ou divulgação da mesma. A distribuição ou utilização da informação nela contida é interdita. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor avise-nos de imediato, por correio eletrónico, para o endereço acima e apague este e-mail do seu sistema. Obrigado.
Disclaimer This e-mail transmission and eventual attached files are intended only for the use of the use of the individual or entity named above and may contain information that is confidential, privileged and exempt from disclosure under applicable law. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any disclosure, copying, distribution or use of any of the information contained in this transmission is strictly voided. If you have received this transmission in error, please immediately notify us by e-mail at the above address and delete this e-mail from your system. Thank you.

From: Presidência – Câmara Municipal de Valongo <presidencia@cm-valongo.pt>
Sent: Wednesday, March 11, 2026 4:25 PM
To: Expediente <expediente@cm-valongo.pt>

Cc: Paulo Mota <Paulo.Mota@cm-valongo.pt>; Arminda Henriques <Arminda.Henriques@cm-valongo.pt>; Patricia Lopes <Patricia.Lopes@cm-valongo.pt>; Protecção Civil <proteccaocivil@cm-valongo.pt>; Jose Gonçalves (Chefe de Unidade) <Jose.Goncalves@cm-valongo.pt>; Delfim Cruz (Diretor de Departamento) <delfim.cruz@cm-valongo.pt>
Subject: FW: Pedido de esclarecimentos escritos – Informação pública em caso de emergência

De: Alexandra Pinto
Enviada: 11 de março de 2026 13:37
Para: Presidência – Câmara Municipal de Valongo <presidencia@cm-valongo.pt>
Assunto: Fw: Pedido de esclarecimentos escritos – Informação pública em caso de emergência

You don't often get email from alexandra.m.pinto@hotmail.com. Learn why this is important

ALERTA: Este email tem origem externa ao Município de Valongo. Não abra anexos ou clique em links caso não reconheça o remetente e tenha a certeza de que é seguro.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo,

Venho, por este meio, reiterar o email que enviei no passado dia 28 de fevereiro, relativo ao pedido de esclarecimento sobre o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do concelho de Valongo.
Não tendo ainda obtido resposta às questões colocadas, agradeço, se possível, a prestação dos esclarecimentos solicitados.
Tratando-se de matéria relacionada com a segurança da população, considero importante que estas informações possam ser conhecidas de forma clara pelos munícipes.
Agradeço desde já a atenção dispensada e aguardo resposta.
Com os melhores cumprimentos,

Alexandra Pinto
Deputada Assembleia de Freguesia de Ermesinde, pela Iniciativa Liberal

---

From: Alexandra Pinto
Sent: Saturday, February 28, 2026 6:33 PM
To: presidencia@cm-valongo.pt <presidencia@cm-valongo.pt>
Subject: Pedido de esclarecimentos escritos – Informação pública em caso de emergência

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valongo,

Na sequência da intervenção que realizei na Assembleia Municipal do passado dia 26 de fevereiro, na qual referi que já tinha anteriormente contactado o Serviço Municipal de Proteção Civil, reencaminho abaixo o email enviado, bem como a respetiva resposta recebida.

Anexo igualmente o texto da minha intervenção, para melhor contextualização.

Agradeço as respostas prestadas na Assembleia Municipal. Contudo, penso que não me fiz entender bem relativamente ao teor das minhas questões. Importa esclarecer que, em momento algum, coloquei em causa o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Valongo, nem o profissionalismo ou a preparação operacional dos serviços de Proteção Civil.

O que questionei, e reitero agora por escrito, é o seguinte:

1. Existem procedimentos específicos definidos para a população nas diferentes freguesias (Ermesinde, Valongo, Alfena, Campo e Sobrado), designadamente com indicação de pontos de encontro ou zonas de concentração em caso de sismo ou outra situação de emergência?

2. Em caso afirmativo, onde se encontra atualmente disponível, de forma clara e acessível ao público, informação prática sobre como os munícipes devem agir em diferentes cenários de emergência no concelho de Valongo?

3. Caso essa informação ainda não se encontre definida ou publicamente disponível, compromete-se o executivo a proceder à sua divulgação de forma clara e acessível?

4. Qual o prazo previsto para conclusão da revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Valongo?

Considerando que esta matéria diz respeito à segurança da população, considero fundamental que as informações sejam claras, públicas e facilmente identificáveis pelos munícipes, pois como referi anteriormente, considero que a prevenção e a comunicação clara são a primeira linha de defesa de qualquer comunidade.

Agradeço desde já a atenção dispensada e aguardo resposta por escrito.

Com os melhores cumprimentos,

Alexandra Pinto
Deputada Assembleia de Freguesia de Ermesinde, pela Iniciativa Liberal

De: Protecção Civil <proteccaocivil@cm-valongo.pt>
Enviada: 19 de fevereiro de 2026 13:21
Para: ;
Assunto: RE: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil - Valongo

Exma. Senhora
Alexandra Pinto

Acusamos a receção do seu email, relativo ao assunto em epígrafe, que mereceu a nossa melhor atenção.
Congratulamos pelo interesse manifestado relativamente às matérias de Proteção Civil, pela sua relevância para a segurança e resiliência do concelho.
Relativamente ao solicitado, informa-se que existe uma versão pública do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Valongo (PMEPC), que se encontra disponível para consulta desde 2017.
Atualmente, o PMEPC encontra-se em fase de revisão, pelo que informação mais detalhada e atualizada será oportunamente disponibilizada no âmbito do respetivo procedimento.
Respondendo diretamente às questões colocadas:

- **Risco sísmico e zonas de concentração para a população nas diferentes freguesias**
  - O concelho de Valongo apresenta um grau de probabilidade médio na matriz de risco e um grau de gravidade residual;
  - Informação complementar, designadamente quanto a pontos de encontro, constará da versão revista do PMEPC de Valongo;
- **Divulgação preventiva aos cidadãos**
  - O Serviço Municipal de Proteção Civil e Proteção da Floresta promove, anualmente, diversas sessões de sensibilização, designadamente a participação no exercício público nacional "A Terra Treme";
  - Outras ações de sensibilização, em particular dirigidas à comunidade escolar do concelho, no âmbito do Projeto Educativo Municipal (PEM), são levadas a cabo pelo Serviço Municipal de Proteção Civil para informação e sensibilização da população e podem ser acompanhadas nos sítios oficiais da Câmara de Valongo.

Agradecemos o interesse manifestado.

Com cordiais cumprimentos,

José António Gonçalves
Chefe da Unidade de Proteção da Floresta, Sensibilização e Informação Pública
Serviço Municipal de Proteção Civil e Proteção da Floresta
Av. Emídio Navarro, 35 | 4440-503 Valongo
T.: +351 222 460 186 | **Ext.:** 40062
M.: +351 939030398
E.: jose.goncalves@cm-valongo.pt
www.cm-valongo.pt

Aviso Esta mensagem de correio eletrónico e qualquer dos seus ficheiros anexos, caso existam, são destinados apenas à(s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s), podendo conter informação confidencial, privilegiada, a qual não deverá ser divulgada, copiada, gravada ou distribuída nos termos da lei vigente. Se não é o destinatário da mensagem, ou se ela lhe foi enviada por engano, agradecemos que não faça uso ou divulgação da mesma. A distribuição ou utilização da informação nela contida é interdita. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor avise-nos de imediato, por correio eletrónico, para o endereço acima e apague este e-mail do seu sistema. Obrigado.
Disclaimer This e-mail transmission and eventual attached files are intended only for the use of the use of the individual or entity named above and may contain information that is confidential, privileged and exempt from disclosure under applicable law. If you are not the intended recipient, you are hereby notified that any disclosure, copying, distribution or use of any of the information contained in this transmission is strictly voided. If you have received this transmission in error, please immediately notify us by e-mail at the above address and delete this e-mail from your system. Thank you.

De: Alexandra Pinto <
Enviada: 12 de fevereiro de 2026 21:09
Para: Protecção Civil <proteccaocivil@cm-valongo.pt>
Assunto: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil para o concelho de Valongo

Exmos. Senhores,

Resido no concelho de Valongo há 48 anos e não conheço o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil para o concelho de Valongo, pelo que gostaria de consultar a versão pública do mesmo.

Solicito igualmente informação sobre:

– Pontos de encontro ou zonas de concentração em caso de sismo;

– Procedimentos específicos para a população nas diferentes freguesias, Ermesinde, Valongo, Alfena, Campo e Sobrado;

– Forma como é feita a divulgação preventiva junto dos munícipes.

Agradeço desde já a vossa atenção e aguardo vossa resposta

Com os melhores cumprimentos
Alexandra Pinto

Anexo 3

Grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Assembleia de Freguesia – Abril_2026

1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2026

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,
Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia,
Exmos. Senhores e Senhoras Membros do Executivo,
Exmos. Senhores e Senhoras Membros da Assembleia de Freguesia,
Órgãos de Comunicação Social,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Relativamente à 1.ª Revisão ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos para 2026, importa, antes de mais, enquadrar este instrumento no âmbito de uma gestão responsável e adaptativa. Com efeito, um orçamento deve ser entendido como um instrumento dinâmico, capaz de se ajustar às necessidades da população e às circunstâncias que se verificam ao longo do exercício.

Neste sentido, a presente revisão evidencia uma gestão que acompanha a realidade, avalia a execução e procede aos ajustamentos necessários. Importa, ainda, salientar que a centralidade desta revisão assenta na integração de uma parcela significativa do saldo de gerência acumulado em exercícios anteriores. Atendendo ao equilíbrio entre a receita corrente e a despesa corrente, torna-se necessário recorrer a este saldo para viabilizar o investimento.

Assim, destacam-se investimentos na requalificação do edifício sede, na aquisição de maquinaria e viaturas para os serviços operacionais, bem como na instalação de parques infantis e mobiliário urbano, com impacto direto na qualidade de vida da população.

Acresce que esta revisão permite reforçar áreas prioritárias e assegurar a continuidade dos projetos em curso, contribuindo para uma ação mais eficaz por parte da Junta de Freguesia.

Por fim, importa sublinhar que as revisões orçamentais constituem um sinal de maturidade na gestão, refletindo capacidade de adaptação e resposta às exigências da governação.

Face ao exposto, o Partido Socialista votará favoravelmente a 1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2026.

Muito obrigado.

Anexo 4

Grupo do Partido Socialista da Assembleia de Freguesia de Ermesinde

Assembleia de Freguesia – Abril_2026
Conta de Gerência de 2025

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,
Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia,
Exmos. Senhores e Senhoras Membros do Executivo,
Exmos. Senhores e Senhoras Membros da Assembleia de Freguesia,
Órgãos de Comunicação Social,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Muito boa noite.

Relativamente à Conta de Gerência de 2025, importa, antes de mais, referir que o documento em análise evidencia, de forma clara, a consistência da gestão desenvolvida ao longo dos últimos anos pela Junta de Freguesia de Ermesinde.

Com efeito, verifica se que, no final do exercício de 2025, o saldo ascendeu a 69 345,42 euros, resultado de uma receita cobrada no montante de 1 961 399,84 euros e de uma despesa paga no valor de 1 892 054,42 euros. Este resultado traduz, de forma inequívoca, uma execução financeira equilibrada e responsável.

Acresce que este saldo acumulado permite à Junta canalizar recursos para novos investimentos, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da população. A título de exemplo, importa referir intervenções realizadas em diferentes áreas, como a requalificação do Largo da Feira Antiga, a melhoria do Parque Soccer e a construção do Parque Canino, entre outras.

Por outro lado, importa sublinhar que, desde 2018, esta gestão tem vindo a apresentar resultados positivos de forma consecutiva, o que evidencia uma prática assente no rigor, na transparência e na responsabilidade. Com efeito, tem sido possível assegurar o apoio às famílias e às associações, garantir o normal funcionamento da autarquia e, simultaneamente, promover o investimento necessário na freguesia.

Neste contexto, importa igualmente destacar o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, prevista no regime financeiro das autarquias locais, verificando se que as receitas correntes têm sido, de forma consistente, iguais ou superiores às despesas correntes.

Assim, e face aos dados apresentados, estamos perante uma execução sólida, devidamente planeada e concretizada, que não suscita dúvidas quanto à qualidade da gestão financeira em apreciação.

Por conseguinte, importa afirmá lo com clareza: não estamos perante promessas, mas sim perante execução.

Em face do exposto, o Partido Socialista votará favoravelmente a Conta de Gerência de 2025.

Muito obrigado.